

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO
PAULO – IFSP

PERLA CRISTINA DA COSTA SANTOS DO CARMO

**A AULA UNIVERSITÁRIA: UMA PESQUISA SOBRE O ESTADO DA ARTE A
PARTIR DOS ARTIGOS DO ENDIPE (1979-2019) E ANPED (1979-2018)**

SÃO PAULO

2022

PERLA CRISTINA DA COSTA SANTOS DO CARMO

**A AULA UNIVERSITÁRIA: UMA PESQUISA SOBRE O ESTADO DA ARTE A
PARTIR DOS ARTIGOS DO ENDIPE (1979-2019) E ANPED (1979-2018)**

Monografia apresentada ao Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia – IFSP,
Câmpus São Paulo, Curso de Pós-graduação
Lato Sensu em Formação de Professores –
Ênfase no Ensino Superior, como requisito para
obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alda Roberta Torres

São Paulo

2022

A AULA UNIVERSITÁRIA: UMA PESQUISA SOBRE O ESTADO DA ARTE A PARTIR DOS ARTIGOS DO ENDIPE (1979-2019) E ANPED (1979-2018)

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSP, Câmpus São Paulo, Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Formação de Professores – Ênfase no Ensino Superior, como requisito para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alda Roberta Torres

Aprovado em: ____ / ____ /2022

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Alda Roberta Torres – Orientadora

IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Prof.^a Dr.^a Amanda Cristina Teagno Lopes Marques

IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Prof.^a Me. Adriana Paes de Jesus Correia

IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Catálogo na fonte
Biblioteca Francisco Montojos - IFSP Campus São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

c287a Carmo, Perla Cristina da Costa Santos do
A aula universitária: uma pesquisa sobre o
estado da arte a partir dos artigos do endipe
(1979-2019) e anped (1979-2018) / Perla Cristina
da Costa Santos do Carmo. São Paulo: [s.n.], 2021.
75 f.

Orientador: Alda Roberta Torres

Monografia (Especialização em Formação de
Professores com Ênfase no Ensino Superior) -
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de São Paulo, IFSP, 2021.

1. Aula Universitária. 2. Docência. 3.
Didática. 4. Pesquisa. I. Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo II.
Título.

CDD 378

A minha filha Sara, que me inspira todos os dias a ser uma professora, em busca de
construir uma aula voltada para a aprendizagem.

Agradecimentos

Gratidão à Deus pela vida! Por ter me dado força, coragem, determinação e, principalmente, perseverança quando as situações pareciam difíceis ou impossíveis durante a trajetória da construção desse trabalho.

Ao meu marido, Robson Carmo, pelo carinho, amor, apoio, dedicação e principalmente pelo incentivo nessa jornada.

À minha filha Sara, que em tempos de pandemia, me permitiu pensar e repensar a docência e a possibilidade de “mergulhar na educação”.

À minha querida orientadora Profa. Alda Roberta Torres, pela sua paciência em entender alguns momentos difíceis nessa jornada e por todo aprendizado que tive em suas aulas e orientações. Sou eternamente grata por conhecer você!

Aos queridos amigos que construiu ao longo da pós-graduação, muito obrigada por todo aprendizado e principalmente pela troca e carinho. Em especial, as queridas Ellen Miyake da Rocha e Tayara Yeray Avellan Resende.

Por fim, gratidão aos docentes do Instituto Federal de São Paulo – Campus São Paulo, que contribuíram muito com esse trabalho com suas aulas e as trocas em sala de aula.

“Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento.

É preciso insistir: este saber necessário ao professor – de que ensinar não é transferir conhecimento – não apenas precisa ser apreendido por ele e pelos educandos nas suas razões de ser – ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica –, mas também precisa ser constantemente testemunhado, vivido.

Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender.”

Paulo Freire (1921-1997)

Resumo

O estudo aqui apresentado consiste em uma pesquisa sobre o estado da arte a partir dos artigos publicados nas reuniões nacionais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) entre os anos de 1979 a 2019 e o Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE) entre os anos de 1979 a 2018. Nosso objetivo geral foi analisar a concepção de aula universitária a partir dos anais dos referidos eventos e como objetivos específicos estabelecemos analisar como a aula universitária está articulada ao processo de ensino e aprendizagem e identificar as tendências teóricas existentes nos artigos analisados acerca da aula universitária. Logo, a produção acadêmica publicada nestes eventos constitui o objeto de pesquisa do nosso estudo que pode ser expressado a partir da seguinte questão central de pesquisa: como a aula universitária vem sendo pesquisada e publicada nos artigos do ENDIPE (1979-2019) e da ANPED (1979-2018)? Como principal marco teórico elegemos Ferreira (2000), Romanowski; Ens (2006), Pimenta; Anastasiou (2014); Cunha (1997) e Veiga (2014) Libâneo (1993). Para alcançar os objetivos propostos realizamos uma análise documental o que nos possibilitou compreender como a aula universitária vem sendo construída em diversos espaços educacionais e com diversos conceitos, dentre os quais destacamos a aula como espaço no qual o professor faz o que sabe, expressa o que sente e se posiciona quanto à percepção de sociedade, de homem, de educação, de escola, de aluno. Envolve o pensar à docência e o agir, mas também implica desvelar o novo e enfrentar o imprevisto. Igualmente, foi possível identificar uma baixa ocorrência de pesquisas sobre a aula universitária o que nos provoca a inferir que há uma necessidade de realizarmos investigações sobre este tema, inclusive a pandemia por COVID-19 trouxe à tona, esse tema tão importante e que precisa ser debatido amplamente nos espaços acadêmicos.

Palavras-chave: Aula universitária; Docência; Didática e Pesquisa.

Abstract

The study presented here consists of research on the state of the art based on articles published in the national meetings of the National Association of Graduate Studies and Research in Education (ANPED) between 1979 and 2019 and the National Meeting of Didactics and Practice of Teaching (ENDIPE) between the years 1979 to 2018. Our general objective was to analyze the conception of university class from the annals of these events and as specific objectives we established to analyze how the university class is articulated to the teaching and learning process and to identify the theoretical tendencies existing in the articles analyzed about the university classroom. Therefore, the academic production published in these events constitutes the research object of our study, which can be expressed from the following central research question: how the university class has been researched and published in the articles of ENDIPE (1979-2019) and ANPED (1979-2018)? As the main theoretical framework, we chose Ferreira (2000), Romanowski; Ens (2006), Pepper; Anastasiou (2014); Cunha (1997) and Veiga (2014) Libâneo (1993). To reach the proposed objectives, we carried out a document analysis, which allowed us to understand how the university class has been built in different educational spaces and with different concepts, among which we highlight the class as a space in which the teacher does what he knows, expresses what he knows. Feels and takes a stand regarding the perception of society, of man, of education, of school, of student. It involves thinking about teaching and acting, but it also implies unveiling the new and facing the unforeseen. Likewise, it was possible to identify a low occurrence of research on the university classroom, which leads us to infer that there is a need to carry out investigations on this topic, including the COVID-19 pandemic brought to light this very important topic that needs to be addressed widely debated in academic spaces.

Keywords: University class; Teaching; Didactics and Research.

Lista de Abreviatura

ANPED – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

COVID-19 – Coronavírus disease

EAD – Ensino à distância

ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LabTEAR – Laboratório de Tecnologias para aprendizagem em rede

IF- Instituto Federal

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

GT – Grupo de Trabalho

MARE – Ministério da Administração e Reforma

MEC – Ministério da Educação

PDI – Projeto de desenvolvimento institucional

PUCRS – Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PNG – Plano Nacional de Graduação

SEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

UCSAL – Universidade Católica de Salvador

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNB – Universidade de Brasília

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UNITRI – Centro Universitário do Triângulo

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro

UNIVAG – Centro Universitário de Várzea Grande

Lista de quadros

Quadro 1 – Número de cursos de graduação presenciais	26
Quadro Sinóptico 1 – Artigos do ANPED	37
Quadro Sinóptico 2 – Artigos do ENDIPE	38
Quadro Sinóptico 3 – Livros e Artigos sobre a Aula Universitária	46

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Número de instituições de educação superior no Brasil24

Gráfico 2 – Evolução do número de cursos de graduação EAD – Brasil 2000-2018.....27

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo 1 – A aula universitária	18
1.1. Contextualização histórica: alguns apontamentos.....	18
1.2. Das aulas presenciais às aulas virtuais: algumas reflexões fundamentais na contemporaneidade.....	23
Capítulo 2 – Percurso metodológico da pesquisa	32
2.1. Objetivos da pesquisa.....	34
2.2. Banco de dados da pesquisa	34
Capítulo 3 – Análise e interpretação de dados da pesquisa	47
3.1. Composição e estrutura dos artigos.....	47
3.1.1. Artigos ANPED.....	47
3.1.2. Artigos ENDIPE.....	50
3.2. Concepção de aula universitária	59
3.3. Tendências teóricas	64
Considerações finais	69
Referências Bibliográficas	72

Introdução

Este trabalho privilegia a aula universitária como um momento importante no processo de formação do discente de qualquer área ou curso. A partir da sala de aula, seja ela virtual ou presencial, é que podemos perceber o que é a aula. Nesse sentido, a aula apresenta particularidades, como também objetivos, conteúdos, metodologias, habilidades e atitudes que se entrelaçam e se expressam no processo de aprendizagem. Sem considerar o conjunto destes dois elementos fundamentais, a aula e sala de aula, não é possível construir e fazer um processo didático e pedagógico com os discentes.

Nessa direção, trabalhamos com a pesquisa qualitativa, uma vez que ela considera o ambiente natural como fonte direta de dados; o pesquisador como instrumento fundamental de coleta de dados; a utilização de procedimentos descritivos da realidade estudada; a busca do significado das situações para as pessoas e os efeitos sobre as suas vidas; a preocupação com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto, e privilégio ao enfoque indutivo na análise dos dados (Bogdan; Biklen apud Godoy, 1995a; Triviños, 1987).

O nosso interesse pelo objeto da pesquisa surgiu a partir dos anos de experiência como docente no curso de Serviço Social numa instituição de ensino privado no município do Rio de Janeiro. Durante esses anos, lecionamos várias disciplinas com conteúdos diversos e, algo que sempre incomodava era a questão de qual seria a melhor forma de dar aula? Com a conclusão do doutorado em 2020¹, essa inquietação aumentou, e pudemos perceber na pesquisa de campo que o espaço da sala de aula é permeado por aspectos que vão além da questão didático pedagógica. Observamos que nos cursos de Serviço Social pesquisados, dada a natureza da profissão, é na sala de aula que se configuram as aprendizagens e desconstruções dos conhecimentos. Apesar das dificuldades e dúvidas sobre os conteúdos trazidos pelos professores, a desconstrução dos conhecimentos ocorre quando, ao entrarem na universidade, os alunos iniciam um exercício crítico de rompimento com o senso comum adquirido ao longo da vida cotidiana e também de valores sociais e culturais. O ensino não é apenas transmissão de conhecimentos, ele precisa ser refletido, identificado em seu contexto para ser apreendido, incorporado pelos educandos (FREIRE, 2019), nesse sentido acreditamos

¹ Em 2020, na PUC-SP, foi defendida a tese A sala de aula no contexto da formação em Serviço Social.

que quando preparamos uma aula, não podemos apenas produzir ou reproduzir um conteúdo sem pensar nos objetivos da aprendizagem e nos propósitos sociais.

Questionamo-nos sobre como os alunos conseguem apreender o conteúdo que trabalhamos em sala de aula e, percebemos que não tínhamos formação pedagógica para o exercício da docência e o domínio de conhecimentos específicos da área não era suficiente. Em decorrência disso, buscamos um curso de especialização que pudesse atender essa lacuna na nossa formação em Serviço Social e que viesse contribuir para a compreensão de alguns questionamentos resultantes dos anos de docência no ensino superior.

Leite e Morosini (1997), relatam que o ensino é visto pela maioria dos pesquisadores, como uma atividade de transmissão de conhecimento e/ou de orientação da aprendizagem, ou ainda como uma atividade cujo objetivo é despertar o interesse do aluno ou favorecer e/ou criar situações propícias para a sua aprendizagem. O ensino consiste em trazer para a sala de aula os resultados de pesquisa, de estudos, apenas organizados de uma forma considerada didática, porém, acaba tornando-se um processo repetitivo, dominado pelas exposições, muitas vezes, pouco claras e mal articuladas, que cansam os alunos e desgastam os docentes. Dizem-nos as autoras:

Diferentes pesquisas, sobretudo dissertações no campo da prática pedagógica do professor, e mesmo as pesquisas que trabalham com o egresso de diferentes cursos, mostram que os pesquisadores consideram que seus cursos não os preparam para a prática. No entanto, a análise dos currículos desses cursos possibilita uma compreensão da realidade e dos problemas a serem vivenciados na futura atividade profissional. Isto sugere que, apesar dos esforços daqueles envolvidos com o ensino, esse não consegue, geralmente, realizar sua meta principal, no que se refere à formação profissional. Este tipo de constatação indica que a melhoria desses cursos não passa, necessariamente, por mudanças curriculares. (Leite e Morosini, 1997, p.129)

As autoras nos conduzem a alguns questionamentos: qual a solução para isso? Pensar nas condições em que o ensino vem sendo ofertado e suas formas de realização e/ou questionar as formas de ensino predominantes nos cursos propondo novas alternativas para ensinar? Como atingir o jovem estudante com conteúdo e formas de ensino tão desmotivadoras? E mais: de que modo a aula universitária contribui para o processo de ensino aprendizagem do discente? Como o docente lida com as questões que não estão presentes no currículo e que se materializam na aula? As metodologias e técnicas contribuem para o aprendizado do discente?

Certamente responder a todas estas questões não cabe neste trabalho monográfico, mas elas contribuem para desenvolvermos uma análise crítica sobre a realidade da

Educação Superior na sua totalidade, ainda que nosso objeto esteja centrado na aula universitária. Em vista disso, compreendemos que a nova dinâmica estabelecida pela lógica capitalista tem colocado em xeque o ensino presencial, pois a educação a distância acaba sendo adotada para que as escolas funcionem como empresas produtoras de serviços educacionais, onde a educação brasileira acaba adquirindo patamares empresariais e o ensino a distância passa a “vender a educação como mercadoria”. Nota-se um processo de precarização da educação superior no Brasil, e principalmente a falta de primazia do Estado na promoção do direito social à educação. Optamos por pesquisar a aula universitária, pois entendemos a necessidade de conhecer como ela acontece no ensino superior, bem como conhecer suas práticas, desafios e o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, para compreender como a aula universitária vem sendo pesquisada e comunicada na academia no nosso país, elegemos dois grandes eventos da área da educação, que foram as reuniões da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), com o recorte temporal entre os anos de 1979 a 2019 e o Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE) com o recorte temporal entre os anos de 1979 a 2018. Entendemos que tanto a ANPED e o ENDIPE são importantes eventos da área da educação, em decorrência da relevante contribuição que estes espaços têm dado para a socialização e sistematização de práticas educacionais. Logo, a produção acadêmica publicada nestes eventos constitui o objeto de pesquisa do nosso estudo que pode ser assim expressado a partir da seguinte questão central de pesquisa: como a aula universitária vem sendo pesquisada e publicada nos artigos do ENDIPE (1979-2019) e da ANPED (1979-2018)? Assim sendo, definimos como objetivo geral da pesquisa, analisar a concepção de aula universitária a partir dos eventos da ANPED (1979-2019) e ENDIPE (1979-2018) e, como objetos específicos, analisar como a aula universitária está articulada ao processo de ensino e aprendizagem e identificar as tendências teóricas existentes nos artigos analisados acerca da aula universitária.

Para dar consecução ao nosso estudo, organizamos este trabalho em três capítulos. No primeiro, discutimos as questões teóricas apresentando alguns apontamentos do processo de construção da educação no Brasil, sendo possível compreender como se deu a concepção de aula. No segundo capítulo, apresentamos o percurso metodológico da pesquisa e o levantamento de dados através dos sites da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e o Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE). A partir do levantamento dos artigos, elaboramos um quadro

sinóptico do material pesquisado sobre a aula universitária. E, no terceiro capítulo, analisamos os dados da pesquisa incorporando reflexões trazidas pelo trabalho de campo, onde apresentamos o estado da arte com as análises resultantes de todo o processo de estudo que empreendemos. Finalizamos o trabalho com as considerações finais apontando os desafios contemporâneos que envolvem a temática da aula universitária. O que já nos leva a anunciar que apesar da aula ser um tema importante e necessário, ainda necessita que mais pesquisadores e estudantes se debruçam sobre essa temática. Inclusive com a pandemia causada pelo COVID-19 essa temática retorna com um novo viés: aula *online*, que precisa ser pensada e repensada dentro dos espaços acadêmicos.

Por fim, vale registrar que este trabalho foi produzido predominantemente no momento em que vivíamos o distanciamento social, condição imposta pela pandemia supracitada e que nos colocou desafios na dimensão acadêmica e pessoal. Desafios estes que nos mobilizaram e nos modificaram fundamentalmente como sujeito histórico.

Capítulo 1 – A aula universitária

Nesse capítulo nosso objetivo é apresentar como a aula universitária era organizada com o intuito de entender como se deu o seu processo de construção histórica no Brasil. A aula é um termo de origem latina e tem seu registro na língua portuguesa desde 1679. Seu significado é pátio de uma casa, palácio e corte de um príncipe. De acordo com Araújo (2011, p. 49 e 50):

A significação originária se prende a pátio (de uma casa ou de um palácio) e, para além de seu contexto semântico normal, revela-se a aula como uma significação associada objetivamente à sala de aula, mais por uma relação de proximidade. Mas essa é uma significação contemporânea, posto que anteriormente, e ainda em referência à língua latina, a aula tem o mesmo sentido de átrio: a sala principal, situada logo em seguida à entrada das casas, no antigo mundo romano. Era o lugar do fogo sagrado, dos altares dos deuses-lares e de distribuição dos demais espaços.

Ela esteve presente em diversos contextos históricos e em cada período foi possível pensar em conceito e formato diferentes. Pois, já foi objeto de crítica, porque representava poder, controle, disciplina até sinônimo de transmissão de conhecimento. A partir dessa construção procuramos compreender os fenômenos que estão relacionados a ela, a ação pedagógica de cada período histórico e os conflitos que influenciaram a sua configuração.

1.1. Contextualização histórica: alguns apontamentos

A história da educação no Brasil carrega a marca da influência europeia, ancorada no projeto desenvolvido pela Companhia de Jesus. Fundada em 1534, teve como objetivo a ação educativa, a fundação de colégio e universidades, o que provocou o expansionismo religioso relacionados ao avanço da igreja em busca da evangelização.

Temos como exemplo na idade média, as universidades que eram organizadas de forma itinerantes e funcionavam como instituições eclesiais ou em casas particulares. Somente, a partir do século XV que surge uma preocupação com local que privilegiasse espaços comuns a todos. Esses espaços comuns, serviram para a oração, claustros e transmissão de conhecimentos transmitidos através da figura do professor. A influência religiosa se faz presente na educação brasileira.

No Brasil, as primeiras salas de aulas chegaram com a vinda dos jesuítas. Os jesuítas chegaram em 1549 com a missão de converter os gentios em cristãos e em súditos do governo português. Com isso, foram criadas escolas, colégios, seminários que foram se espalhando em diversas regiões. Para Saviani (1998, p. 4) “a educação instaurada no Brasil no período de colonização tratava-se de inculcação nos colonizados das práticas, técnicas, símbolos e valores próprios dos colonizadores; e a catequese entendida como a difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores”. A catequização tinha um caráter pedagógico, pois tinha como base a conversão pelo convencimento por meio de práticas institucionais destacando a leitura, a escrita e o cálculo.

O método utilizado pelos jesuítas era o *Ratio Studiorum*, que significa método de ensino. Este tinha por objetivo a criação de um método possível de compatibilizar o humanismo com o cristianismo, influenciando os jesuítas a criarem um método para o professor católico. Silva (2011, p. 20) ressalta que “o ratio ditava o comportamento dos membros da hierarquia educacional jesuíta e indicava o que e como os mestres deveriam ensinar”. Apesar da metodologia ser baseada na transmissão de conhecimento com a proposta de unificar o sistema de ensino da ordem religiosa, esse método tinha como ideário a conservação na individualidade e a educação em massa.

A aula, de acordo com a visão do modelo jesuíta, estabelecida no manual *Ratio Studiorum* (1952)², era organizada a partir de três passos básicos: a preleção do conteúdo pelo professor, levantamento de dúvidas dos alunos, e exercícios para fixação dos conhecimentos, cabendo ao aluno a memorização para a prova. Esse manual tinha como visão de ensino a aula como um espaço em que o professor fala, diz, explica o conteúdo, e compete ao aluno anotá-lo para, depois, memorizá-lo.

Na percepção de Silva (2011, p. 21), a aula jesuíta,

[...] caracterizava-se por seu caráter extremamente individualista, ou seja, o docente se dirigia sempre a um aluno e o procedimento predominante era o interrogatório, momento em que eram trabalhados conteúdos de memorização que deveriam ser reproduzidos. Estabelecia-se assim uma relação da repetição

² Conforme França (1952), o *Ratio Studiorum* se caracteriza como um manual prático que preconizava métodos de ensino e orientava o professor na organização de sua aula. O plano contido no *Ratio* inicia-se com as regras do provincial, depois do reitor, do prefeito de estudos, dos professores de um modo geral, de cada matéria de ensino; incluía também as regras da prova escrita, da distribuição de prêmios, dos alunos e, por fim, as regras das diversas academias. Além das regras e das normas, o *Ratio Studiorum* apresentava os níveis de ensino. Humanidades, denominado de estudos inferiores, abrangia cinco disciplinas do currículo, sendo elas: retórica, humanidades, gramática superior, gramática média e gramática inferior. A formação prosseguia com os cursos de Filosofia e Teologia, denominados estudos superiores.

do texto diante do jesuíta com a prática da confissão e do expurgo dos pecados. A competição era altamente estimulada com a prática de disputas que poderiam ser públicas ou na presença de membros ilustres da ordem e tinham o intuito de estimular o aprendizado.

Em decorrência das divergências político-ideológicas no período da colonização, os jesuítas tiveram diversos atritos com a coroa: acumulação de riqueza material pela ordem religiosa, monopólio do conhecimento e do ensino, entre outros. Isso ocasionou, a expulsão dos jesuítas, em 1759 pelo Marquês de Pombal, causando um desmonte do ensino realizado durante a colonização.

Após essa expulsão, o Marquês de Pombal assume a questão educacional no Brasil, esse período ficou conhecido como período pombalino. Durante esse período, o Marquês de Pombal pensou em organizar a escola para servir aos interesses do Estado e recuperar o atraso da metrópole em relação aos outros países. Portanto, a reforma pombalina serviu para instituir o ensino laico e público, abertura do ensino às ciências experimentais, sendo ela, considerada a primeira reforma educacional no Brasil.

Nesse período foi criado, as aulas régias que surgiram a partir do estudo das humanidades, relacionadas do Estado e não mais restrita à igreja, podendo ser considerada como a primeira forma de ensino público no Brasil. Na prática, as aulas régias não modificam a realidade educacional do Brasil, pois ficou restrita à elite.

As aulas régias funcionavam através da nomeação dada pelo rei, sendo assim, aula era fragmentadas e isolada de diferentes matérias, como por exemplo: grego, filosofia, retórica e aritmética. Porém, existia um grave problema referente a questão do pagamento das aulas. Apesar das aulas régias terem sido pensadas para serem gratuitas, a diretoria de ensino de estudo não realizada a gestão financeira dos professores, por conta disso, os professores estavam autorizados a cobrar das famílias dos alunos os valores das aulas.

Em decorrência dessa situação, muitos professores eram impedidos de reivindicar os seus salários as autoridades, ocasionando além do desconforto, constrangimento diante dessa realidade. Por isso, eram constantes as reivindicações da sociedade, “que reclamavam de professores que deixavam de comparecer às aulas para se ocuparem de outro ofício para melhor ganhar a vida” (Morais; Oliveira; Margoti, 2012, p. 93).

A política pombalina trouxe um rompimento com a subordinação portuguesa à Inglaterra e buscou a industrialização do país, buscando alcançar uma independência econômica na tentativa de implementação de ideologias mais peculiares de uma sociedade capitalista de formação mais madura.

O período joanino (1808-1821) permitiu uma nova ruptura, bem diferente do período pombalino. Com a chegada da família real portuguesa após fugir das tropas francesas, marca uma nova era o Brasil. Com a vinda da família real foram criados: a Academia Real da Marinha em 1808 e a Academia Real Militar em 1810, tendo como objetivo de formar oficiais, engenheiros e militares. Como também cursos de cirurgia, anatomia e medicina com o intuito de formar médicos para o exército e marinha.

Nesse período, as aulas eram ministradas quase sempre em espaços considerados inadequados, nas casas dos professores ou em fazendas, decorrentes da ausência do Estado, principalmente na educação das classes populares. Na tentativa de suprir a falta de professores criou-se Método Lancaster ou ensino mútuo. Esse método pedagógico foi desenvolvido por Joseph Lancaster (1778-1838) tendo o objetivo de ter alunos que se destacavam em relação aos demais e pudessem ensinar ao restante do grupo. Nesse período, a preocupação era: como instruir um número grande de alunos sem professores? A ideia foi agrupar alunos, em grupos de 10 com graus de conhecimentos semelhantes e selecionar alunos em níveis mais avançados e colocar como monitores nesses grupos.

Embora, a proposta do ensino mútuo tenha recebido diversas críticas pois apresentava forte sentimento de monitoramento e controle, principalmente sobre a organização da aula e a formação dos professores. Contudo, as questões iam além da forma como organizar a aula e as maneiras de ensinar, passando-se a discutir sobre as relações pedagógicas de ensino e aprendizagem.

Portanto, esse o ensino mútuo foi descartado, diante da precária formação dos professores para ensinar e da ausência de estrutura e das exigências de espaços adequados para os alunos.

Com a proclamação de república surge um novo modelo político baseado no sistema presidencialista. A organização escolar passa a ter influências positivistas e em decorrência da Reforma Benjamin Constant. Tendo como princípios a laicidade do ensino e a gratuidade da escola primária. Um dos objetivos dessa reforma era transformar o ensino em formador para os cursos de ensino superior.

A realidade educacional brasileira passa por uma mudança a partir da metade do século XX, pois apesar de mostrar-se conservadora do ponto de vista político, não cumpria a sua missão na educação. Nesse contexto, o movimento Escola Nova ganha visibilidade a partir de 1924 com a implantação de diversas reformas no país.

A escola nova surge em reação às tendências passivas e intelectualistas da escola tradicional, deixando claro qual era a função dela, ou seja, formar pessoas conforme suas capacidades individuais. Os ideais escolanovistas fundamentava-se nos seguintes princípios de acordo com Silva (2011, p. 32):

A ação que a escola exercia sobre o indivíduo, escola como mecanismo de restabelecimento do equilíbrio social, vinculação da escola como o meio social, escola unificada para todos, pautada na laicidade, gratuidade e obrigatoriedade e a educação comum, não existindo a separação do sexo.

Destacamos nesse período, a organização da aula que sofre grandes modificações, a começar pela grande importância que é atribuída aos métodos e técnicas de ensino, pesquisa e projetos e atividades de grupo. Para Libâneo (1993, p. 66):

Os adeptos da Escola Nova costumam dizer que o professor não ensina; antes, ajuda o aluno a aprender. Ou seja, a didática não é a direção do ensino, é a orientação da aprendizagem, uma vez que esta é uma experiência própria do aluno por meio da pesquisa, da investigação.

Apesar dessa concepção ter se consolidado depois do movimento escolanovista e defendida por alguns docentes, houve a adoção de algumas práticas isoladas, sem a compreensão de alguns princípios que as fundamentavam. Contudo, ela foi importante para transformar práticas construídas e consolidadas de uma perspectiva tradicional.

Um marco importante na história da educação brasileira foi a década de 1930 com o Manifesto dos Pioneiros da Educação, escrito por 26 educadores em 1932 tendo como título “A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo”. Tendo como finalidade oferecer diretrizes para uma política de educação. Nesse documento, era apontado que a educação era o mais importante e grave dos problemas nacionais. Afirmava-se que o país não dispunha de um sistema de organização escolar moderno e à altura de suas necessidades porque os esforços anteriores não tiveram unidade e continuidade.

Nesse período, o ensino secundário é organizado em dois ciclos, para a formação da elite, com um currículo centrado nas letras e nas humanidades. O segundo ciclo era

preparatório para o superior. Cria-se o modelo universitário: uma universidade deveria ser constituída de “pelo menos, três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras”.

A educação nesse período deveria servir ao Estado e atender aos princípios de racionalidade, preparação para o trabalho e aos valores do nacionalismo, da religião católica e da família. A orientação do ensino estava baseada na centralização, autoritarismo, nacionalização e repressão às “doutrinas exógenas³” e difusão da ideologia do regime. Fortalece-se a ideologia empresarial fundamentada no controle do processo produtivo, com o foco no desenvolvimento. Temos a reforma no ensino superior com a lei 5.540/68 e do 1º e 2º grau – lei 5.692/71, que buscou a racionalização administrativa e pedagógica tendo em vistas o alcance de metas definidas pelos modelos políticos e econômicos.

1.2. Das aulas presenciais às aulas virtuais: algumas reflexões fundamentais na contemporaneidade

A Reforma Universitária de 1968 produziu inúmeros^{4 5} efeitos no ensino superior privado brasileiro. Os efeitos estão relacionados ao novo papel assumido pelas universidades federais, estaduais e confessionais, que tiveram que incorporar gradualmente as modificações acadêmicas propostas pela reforma. Ademais, precisaram criar condições propícias para que algumas instituições de ensino passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa que, até então, salvo raras exceções, estavam relativamente desconectadas. À primeira vista, a reforma foi pensada com um projeto articulado e necessário à implementação e manutenção do modelo socioeconômico adotado pelo governo militar autoritário da época⁶. Portanto, na prática, a reforma

³ Refere-se a ideias sobre o anarco-sindicalismo e o marxismo.

⁴ Foi uma série de leis que modificaram o Ensino Superior no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970.

⁵ Macedo *et al* (2005, p. 129) menciona que “é inegável que, apesar de sua natureza autoritária, antidemocrática e centralizadora, a reforma implementou, em meio a medidas de discutível mérito, algumas inovações importantes. Assim, ao lado da reformulação da natureza dos exames vestibulares, que ao eliminar a figura do excedente apenas encobriu a dolorosa marca da exclusão característica das carreiras de alto prestígio social, houve a extinção da cátedra, o estabelecimento de uma carreira universitária aberta e baseada no mérito acadêmico, a instituição do departamento como unidade mínima de ensino e pesquisa, e a criação dos colegiados de curso.”

⁶ Para Silva Jr e Sguissardi (2001, p. 57), “A nova fase do desenvolvimento capitalista do país, diante de suas próprias demandas econômicas e sociais, indicava, sob muitos aspectos, a necessidade da ampliação do acesso ao ensino de 3º grau. O regime militar aproveitava-se disso para valorizar a educação e transformá-la num fator de hegemonia e de

significou a expansão do ensino superior privado, onde a educação brasileira ganha uma nova reformulação. Principalmente pela entrada de empresários do ensino fundamental e médio para esse nível de ensino. Este movimento empresarial no início da expansão torna-se um empreendimento considerável no ramo da prestação de serviços.

A educação passa a ser vista como um “produto”, que se estrutura nos moldes de empresas educacionais voltadas para a obtenção de lucro econômico e para o rápido atendimento de demandas do mercado educacional. De acordo com Fernandes (1979, p. 51):

Instituições organizadas a partir de estabelecimentos isolados, voltados para a mera transmissão de conhecimentos de cunho marcadamente profissionalizante e distanciados da atividade de pesquisa, que pouco contribuem com a formação de um horizonte intelectual crítico a para a análise da sociedade brasileira e das transformações de nossa época.

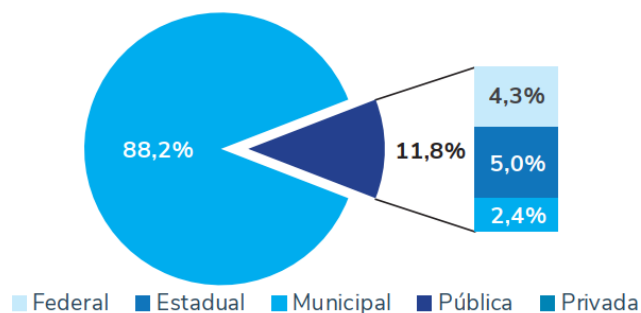
Esse novo padrão de ensino converte os alunos em uma clientela de consumidores educacionais, não sendo o ensino ancorado na articulação entre ensino e pesquisa. Criaram-se universidades particulares impulsionados pela nova legislação do ensino superior, visando obter um maior rendimento. Por outro lado, algumas das universidades tendiam a funcionar como conglomerado de escolas profissionais que não consolidaram a carreira docente e não institucionalizaram a pesquisa no seu interior. (Sampaio, 2000)

No início da década de 1990, segundo Martins (2009, p. 24), o ensino privado respondia por 62% do total das matrículas, ocorrendo uma pequena diminuição em 1995, quando passou a absorver 60% dos alunos de graduação. A partir desse ano, intensificou-se a presença das instituições privadas no ensino superior. Em 2018, temos:

Gráfico 1: Número de Instituições de Educação Superior no Brasil

ANO	TOTAL	UNIVERSIDADE		CENTRO UNIVERSITÁRIO		FACULDADE		IF E CEFET	
		PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICO	PRIVADO	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICO	PRIVADO
2018	2.537	107	92	13	217	139	1.929	40	n.a.*

obtenção do consenso. Apesar do discurso de valorização, defrontava-se com limites de verbas que eram empregadas maciçamente em setores vinculados à acumulação direta de capital. A alternativa escolhida foi a de favorecer a ampliação do setor privado de ensino.”



Fonte: Notas Estatísticas – INEP- MEC – 2018

De acordo com o Censo do Ensino Superior (2018), existiam 299 instituições de ensino públicas e 2.238 instituições de ensino privado no Brasil. No gráfico acima, observamos o aumento expressivo das faculdades privadas, esse número declara a expansão acelerada dessas instituições e o impacto que tem na educação brasileira. Essa aceleração provoca o rompimento com a ideia de uma universidade pautada na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, permitindo a proliferação de cursos em instituições privadas com padrões mínimos de qualidade que assumem apenas o ensino como sua função. Esses dados demonstram a expansão acelerada do ensino superior, pois novas universidades privadas são criadas, impulsionadas pela nova legislação do ensino superior. No âmbito da educação superior, a “reforma”⁷ do Estado brasileiro⁸ e o avanço da política neoliberal na década de 1990 deram o suporte político e ideológico necessário à promulgação da Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), com a subordinação da educação ao mercado. A lei provocou o ajustamento de muitos processos de formação às necessidades mercadológicas, ao voltá-los para o

⁷ Ribeiro e Bezerra (2014, p. 2 e 3) afirmam que a “reforma” do Estado brasileiro, a partir dos anos de 1990, além de propor outro modelo de Estado, trouxe uma nova concepção de cidadão: não mais o usuário das políticas sociais, mas o denominado cidadão-cliente, o cidadão consumidor, aquele que não depende de políticas e/ou programas focalistas de assistência social, pois tem plano de saúde, paga a educação escolar, tem casa própria, enfim, contribui para a circulação do capital e para que a face do Estado gerencial seja apresentada com governança e governabilidade. Aos usuários das políticas sociais resta a inserção “em programas [que] são, na maioria das vezes, temporários, flutuantes, baseados em critérios ad hoc, desconsiderando os direitos adquiridos. No primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 / 1999-2002) o neoliberalismo instalou-se no Brasil, de forma lenta e gradual, atrelado à instabilidade política. Foi criado o Ministério da Administração e Reforma (MARE), com a função de reorganizar a administração e gestão pública. O modelo de Estado, proposto pelo MARE objetivava a redução no papel do Estado, transferindo as políticas sociais para o âmbito da sociedade civil. Dentre as características deste projeto de reforma destacam-se duas propostas: “transferência para o setor público não estatal dos serviços sociais e científicos competitivos; terceirização das atividades auxiliares ou de apoio, que passam a ser solicitadas competitivamente no mercado. Assim, com a “reforma” do Estado as políticas sociais passaram a atender às necessidades do mercado, seja na formação de sujeitos para o trabalho técnico, na venda de uma educação produtiva ou na criação de mecanismos que direcionam os sujeitos para o seu consumo. Seu legado provocou a transferência de responsabilidade exclusiva do Estado pela garantia dos direitos sociais - como educação, saúde, cultura e outros aspectos da vida social que, para o setor de serviços não-exclusivos do Estado, são serviços que podem ser definidos e administrados pelo mercado.

⁸ Cf. PEREIRA, Luís Carlos Bresser. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451998000300004&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em:

preparo de mão de obra especializada que, uma vez apropriado, tem estabelecido relações segundo a lógica do modo de produção capitalista. Essa lógica exige profissionais cada vez mais preparados segundo as necessidades do capital, e impõe condições e exigências cada vez maiores.

Martins (2009, p. 24) ressalta que:

[...] ao dispor sobre o princípio da autonomia para as universidades, a Constituição Federal de 1988 possibilitou ao setor privado criar e extinguir cursos na própria sede das instituições e remanejar o número de vagas dos cursos oferecidos, sem se submeter ao controle burocrático de órgãos oficiais.

Temos como exemplo algumas instituições privadas de ensino superior que romperam as fronteiras regionais, associando-se comercialmente com estabelecimentos estrangeiros, colocando ações na bolsa de valores⁹. Criam-se, com isso, instituições privadas de perfil empresarial, em que se empregam professores horistas, que dedicam a maior parte do seu tempo às atividades de ensino.

Atualmente, os números de cursos presenciais, mostram-se bastantes elevados, devido a intensa proliferação do ensino no Brasil, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 2: Número de cursos de graduação presenciais

Unidade da Federação / Categoria	Número de Cursos de Graduação Presenciais														
	Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e CEFET		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Brasil	32,704	12,309	20,395	14,654	5,539	9,115	4,570	2,160	2,410	12,170	4,299	7,871	1,310	311	999
Pública	10,093	2,970	7,123	8,048	2,582	5,466	160	12	148	575	65	510	1,310	311	999
Federal	5,938	2,311	3,627	4,610	1,988	2,622	.	.	.	18	12	6	1,310	311	999
Estadual	3,463	657	2,806	3,168	593	2,575	11	11	.	284	53	231	.	.	.
Municipal	692	2	690	270	1	269	149	1	148	273	.	273	.	.	.
Privada	22,611	9,339	13,272	6,606	2,957	3,649	4,410	2,148	2,262	11,595	4,234	7,361	.	.	.

Fonte: INEP (2016)

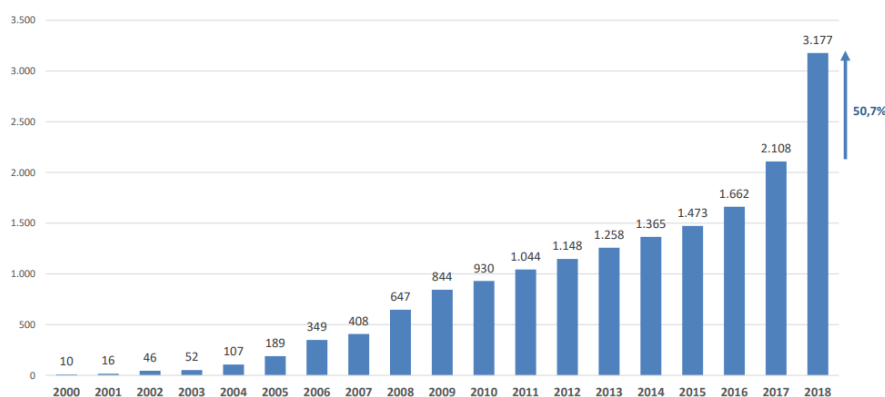
⁹ GOIS, ANTONIO. Grupos educacionais lançam ações na Bolsa e crescem 67%. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2508200801.htm>: “um ano após terem decidido oferecer ações na Bolsa de Valores, os quatro grandes grupos educacionais, com essa estratégia, cresceram 67% em número de alunos no ensino superior, ao adquirir pequenas e médias instituições em todo o Brasil. De acordo com o último censo do MEC, a média do crescimento no número de alunos do setor particular no país foi de 10% entre 2005 e 2006. Essa expansão acelerada foi possível graças ao aumento das receitas desses grupos (somadas, ultrapassaram R\$ 700 milhões no segundo trimestre deste ano) e envolve até negociações no exterior. A Estácio de Sá, do Rio, concluiu, neste mês, a compra da *Universidad de La Integración de Las Americas*, do Paraguai, pelo valor de R\$ 2,3 milhões. O grupo planeja, também, expandir para o Uruguai. Já a Anhanguera, de São Paulo, chama a atenção pelo crescimento em número de alunos. Primeira a abrir capital, em apenas um ano passou de 48 mil para 141 mil estudantes. Completam a lista a Kroton, de Minas, e o SEB, de São Paulo”.

Esse quadro demonstra que a realidade das instituições de ensino superior no modelo presencial é bastante preocupante. Para Pereira (2009, p. 269):

A expansão mercantilizada do ensino superior – já em curso e concentrada nos países periféricos e EUA – precisa ser sustentada por elementos ideológicos que justifiquem tal processo e anulem a concepção de direito à educação pública superior, agora transmutada em um “serviço”. A primeira base ideológica que sustenta a necessidade premente de expansão do ensino superior é a Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social é a ideia de “aldeia global”, isto é, em um mundo inexoravelmente globalizado, a educação é o meio principal dos países periféricos a ela se integrarem. Outro elemento ideológico sustentador da educação como meio para resolver os problemas da humanidade – sem, obviamente, questionar o sistema capitalista mundial e a sua lógica de acumulação, gerando centralização da riqueza relativamente à socialização da miséria – é a defesa, por parte dos inúmeros documentos dos organismos internacionais, de que a difusão da educação superior deve se dar fundamentalmente via ensino a distância através do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

A educação brasileira, para atender a classe trabalhadora, sempre se deu de forma fragmentada, precarizada e priorizando a educação técnica, fornecendo uma educação superior aligeirada e de baixo-custo, como os cursos à distância. O ensino a distância, até 1996, era utilizado para oferta de cursos profissionalizantes e complementação de estudos. O estímulo maior à política de ensino superior via EaD deu-se a partir de 2003, com a contrarreforma universitária no governo Lula¹⁰. O ensino a distância está previsto no artigo 80 da LDB/1996, que indica que o poder público deve “incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades.” O gráfico abaixo demonstra essa evolução:

Gráfico 2: Evolução do número de cursos de graduação EaD - Brasil 2000-2018



Fonte: Censo da Educação Brasileira – INEP – MEC – 2018

¹⁰ O processo de Contrarreforma do Estado no Brasil, no governo Lula, alinha-se às políticas dos organismos internacionais do capital (de acordo com os documentos “Banco Mundial no Brasil: uma parceria de resultados” e “Brasil justo, competitivo e sustentável”, ambos de 2002).

A expansão acelerada do ensino a distância¹¹ rebaterá na formação profissional de muito pessoas, inclusive no *modus operandi* de dar aulas. O Estado estabelece normas gerais e se exime da responsabilidade e do dever de regulação no que se refere ao acompanhamento e à avaliação, transferindo essa responsabilidade para o mercado (competitividade entre cursos) e para o indivíduo.

Nessa dinâmica, a nova organização produtiva do capital coloca em xeque o ensino presencial, pois adota a educação a distância para que “as escolas funcionem como empresas produtoras de serviços educacionais” (Cf. Belloni, 2003, p. 23).

A partir de 2020, o mundo passou a experimentar diversas consequências da pandemia do coronavírus (COVID-19), como também a intensificação de cursos Ead. Para que não ocorresse prejuízo maior na parte pedagógica, instaurou-se o ensino remoto emergencial. Desenvolve-se através de um sistema *e-learning*, uma modalidade de educação em que se faz uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), na maioria das vezes disponibilizado através de uma plataforma de Educação a Distância (EaD). Podemos definir esse espaço ou ambiente criado virtualmente com a intenção de que um aluno obtenha experiência de aprendizagem por meio de recursos/materiais, sob a supervisão e interação com um professor. Esse espaço que tem como objetivo permitir a interação entre os alunos e o professor, os alunos entre si, os alunos e os conteúdos/recursos, e os alunos e as atividades de aprendizagem. Ou seja, as aulas que seriam desenvolvidas no presencial passaram a ser realizadas no ambiente virtual, por meio de diferentes plataformas, numa tentativa de tornar o processo ensino e aprendizagem mais próximo do ideal. O universo digital passou a configurar o cotidiano universitário.

O ensino remoto ou também conhecido como ensino remoto emergencial aparece nesse contexto com o intuito de uma mudança temporária no formato de ensino devido a circunstâncias da pandemia, ou seja, a circulação do vírus e os diversos riscos que ele apresentava para o ser humano no seu início. Embora, devido ao contexto ser uma exigência das autoridades, ele diferencia-se da educação à distância pelo seu caráter

¹¹ Os cursos de graduação tiveram um crescimento de 13% em relação ao ano de 2008. Quanto à modalidade de ensino, os cursos de educação a distância (EaD) aumentaram 30,4%, enquanto os presenciais 12,5%. Esse comportamento também é acompanhado pela evolução do número de matrículas nos cursos EaD, que em 2009 atingiu 14,1% do total de matrículas na graduação. (Inep/MEC, 2010, p. 14)

emergencial que propõe o uso de tecnologias em circunstâncias específicas para atendimento da educação presencial.

Porém, o ensino remoto¹² não tem funcionalidade, não leva o aluno a desenvolver as habilidades de leitura e escrita, por exemplo, quando pensamos as aulas de língua portuguesa, sem escolhas adequadas, como ambiente virtual, ou até mesmo preparação dos docentes para selecionar materiais e estratégias de ensino que atendam às necessidades e/ou às expectativas dos discentes, nas atividades virtuais (síncronas ou assíncronas). Saviani e Galvão reiteram que o ensino é formado por três componentes: destinatário, conteúdo e forma. No ensino remoto, essa tríade não ocorre, os autores afirmam que:

O “ensino” remoto é empobrecido não apenas porque há uma “frieza” entre os participantes de uma atividade síncrona, dificultada pelas questões tecnológicas. Seu esvaziamento se expressa na impossibilidade de se realizar um trabalho pedagógico sério com o aprofundamento dos conteúdos de ensino, uma vez que essa modalidade não comporta aulas que se valham de diferentes formas de abordagem e que tenham professores e alunos com os mesmos espaços, tempos e compartilhamentos da educação presencial. (Saviani e Galvão, 2021, p.38)

O ensino remoto converte a educação em mercadoria ocorrendo a intensificação das horas de trabalho, bem como condições mínimas de atendimento aos alunos, especialmente na educação pública. No período da pandemia, esse ensino trouxe implicações pedagógicas e não atendeu requisitos mínimos para uma oferta de uma educação de qualidade no Brasil.

Até que ponto nós, docentes, estávamos preparados para lidar com novas ferramentas de ensino, se estamos totalmente imbuídos com o formato do ensino tradicional, em que não é permitido que o aluno faça parte do processo de aprendizagem?

Afinal, um dos objetivos da EaD é proporcionar condições para a autoaprendizagem, algo que demoramos a aprender no decorrer da nossa formação. Dependerá da mediação pedagógica que o professor fará virtualmente, pois o acolhimento e a afetividade devem estar associados aos saberes que o professor-tutor demonstrará ao

¹² Saviani e Galvão (2021, p.38); “Salientamos que conhecemos as múltiplas determinações do “ensino” remoto, entre elas os interesses privatistas colocados para educação como mercadoria, a exclusão tecnológica, a ausência de democracia nos processos decisórios para adoção desse modelo, a precarização e intensificação do trabalho para docentes e demais servidores das instituições”.

intervir nas dificuldades que se interponham à aprendizagem dos estudantes. Segundo Lapa e Preto (2010, p. 81-82):

O professor, ao aceitar trabalhar na modalidade a distância, enfrenta uma série de desafios acrescidos dos que já enfrenta no ensino tradicional. Ele arrisca olhar o novo, em uma educação mediada e dependente do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), mas tem como referência e prática a realidade do ensino presencial, em que ele está relativamente à vontade, pois ali tem parâmetros e história. Suas referências foram construídas desde a sua experiência como aluno, depois, nos cursos de formação de professores e, principalmente, na sua prática docente no contexto escolar. É com essa bagagem que ele é desafiado a olhar o novo. E – ressalva que precisa ser feita – essa é uma bagagem que deve mesmo ser trazida, para evitar “jogar o bebê fora com a água do banho” e correr o risco de pensar que a EaD é uma outra coisa que não a própria educação. Portanto, é necessário primeiro reconhecer este ponto de partida do professor para compreender suas determinações e tentar identificar, então, as possibilidades de outras e diferentes leituras desse contexto.

Passamos a ter uma nova concepção de aula, que, na verdade, já há tempos vem sendo (re)pensada. Da aula bancária em que o professor fala e o aluno escuta, passamos a ter uma aula dialógica, em que os sujeitos interagem e problematizam a realidade através do diálogo crítico (FREIRE, 1987). E esse movimento de interação dialógica foi alterado no ensino remoto emergencial, pois a mudança do presencial para o virtual conferiu à sala de aula uma nova forma de interação, ratificando a ela o lugar para questões políticas, sociais, econômicas, filosóficas, ideológicas etc.

Temos a urgente necessidade de entender e pensar alternativas sobre como esse ensino pode ser utilizado pelo professor, à medida que ele compreenda que também faz parte do processo ensino e aprendizagem.

A EaD é uma realidade da sociedade contemporânea, não temos mais como voltar atrás. Muitos autores somente fazem a crítica, sem propor como podemos ensinar através desse novo modelo. Com o uso das tecnologias de informação e de comunicação no processo da aquisição de aprendizagem não significa que as aulas vão se tornar mais atrativas ou mais dinâmicas. As ferramentas estão disponíveis e as possibilidades de uso destas são as mais variadas. Para o êxito do processo de ensino e de aprendizagem, compete aos protagonistas – professores e alunos – trabalharem em conjunto para construir um ambiente de interação, estabelecerem uma relação de confiança e superação das dificuldades, protagonizando um ambiente de compartilhamento e de cooperação. Para que esse processo tenha êxito, é imprescindível que o professor

estabeleça critérios para a escolha de ferramentas adequadas e que permitam uma relação de cooperação e de interação.

Capítulo 2 – Percurso metodológico da pesquisa

Neste capítulo apresentamos o percurso metodológico da pesquisa, no intuito de contribuir e entender as etapas que foram trilhadas pela pesquisadora, como também o levantamento de dados através dos sites da ANPED e ENDIPE. A partir do banco de dado elaborado, construímos os quadros sinópticos acerca do material pesquisado, ou seja, os artigos sobre a Aula Universitária.

O nosso estudo refere-se à temática a Aula Universitária, no qual buscamos analisar os artigos dos eventos da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED - 1979 a 2019) e o Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE - 1979 a 2018), apesar de ocorrer o evento da ENDIPE em 2020¹³, delimitamos para a pesquisa as produções até 2019.

Escolhemos a pesquisa qualitativa porque preocupa-se com os aspectos da realidade, pois permite o contato direto e/ou prolongado do pesquisador com o ambiente ou situação que está sendo investigada, centrando-se na compreensão do contexto e das relações sociais. Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 42), a investigação qualitativa possui características que nos permitem:

1. Acessibilidade à fonte direta de dados e ao ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal;
2. A investigação qualitativa é de natureza descritiva;
3. Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos;
4. As análises dos dados e das informações ocorrem de forma indutiva e compreensiva;
5. O significado é de importância primordial na abordagem qualitativa.

Essas características ajudam o pesquisador a compreender e a interpretar criticamente o objeto em observação, realizar sua descrição e compreensão, com a finalidade de entender seu contexto, significado, contradições, possibilidades; assim como foca o caráter subjetivo do objeto analisado, permitindo uma análise mais ampla.

Nessa direção, Ludke e André (2013, p. 38) ressaltam que “os estudos qualitativos permitem iluminar o dinamismo interno das situações, geralmente inacessível ao

¹³ 2020 – XX ENDIPE – 1ª edição virtual “FAZERES-SABERES PEDAGÓGICOS: diálogos, insurgências e políticas”. Site do evento – <http://www.xxendiperio2020.com.br/home>

observador externo”. Portanto, buscamos compreender como a aula universitária foi abordada a partir da produção científica apresentada nas reuniões da ANPED e nos encontros do ENDIPE tendo em vista as relevâncias sociais e acadêmicas destes dois espaços.

Ainda nessa perspectiva, o movimento de análise é realizado por imagens, palavras e processos que de acordo com Bogdan e Biklen, (1994, p. 49), “a palavra escrita assume particular importância na abordagem qualitativa, tanto para o registro dos dados como para a disseminação dos resultados.”

Por isso, falar sobre a ANPED e ENDIPE é importante, pois ambos os eventos expressam a produção científica da pesquisa em educação.

Em decorrência disso, optamos pela metodologia de pesquisa denominada Estado da Arte ou também conhecida como Estado do Conhecimento¹⁴ tendo por objetivo “mapear e discutir uma certa produção científica em determinado campo do conhecimento”, de acordo com Ferreira (2000, p. 258). Porém, essa metodologia acaba sendo confundida com uma pesquisa bibliográfica. Essa metodologia permite buscar uma produção acadêmica e científica sobre um determinado tema que busca investigar.

O Estado da Arte permite a organização de dados, portanto exige-se competência e habilidade para a elaboração da análise, para que não passe pela falsa ideia de ser um compilado de informações sem uma construção e finalidade. A ideia que se tem sobre essa pesquisa é que basta apenas juntar os dados coletados, mas ela é muito além disso, pois permite um levantamento bibliográfico sistematizado de uma produção acerca de uma temática em estudo. Sobre o Estado da Arte ROMANOWSKI e ENS (2006, p. 43) definem alguns procedimentos necessários para a utilização dessa metodologia:

- definição dos descritores para direcionar as buscas a serem realizadas;
- localização dos bancos de pesquisas, teses e dissertações, catálogos e acervos de bibliotecas, biblioteca eletrônica que possam proporcionar acesso a coleções de periódicos, assim como aos textos completos dos artigos;
- estabelecimento de critérios para a seleção do material que compõe o corpus do estado da arte; - levantamento de teses e dissertações catalogadas;

¹⁴ Estado da Arte ou também conhecida como Estado do Conhecimento podem “ significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área”. focalizada (ROMANOWSKI e ENS (2006, p. 39)

- coleta do material de pesquisa, selecionado junto às bibliotecas de sistema COMUT ou disponibilizados eletronicamente;
- leitura das publicações com elaboração de síntese preliminar, considerando o tema, os objetivos, as problemáticas, metodologias, conclusões, e a relação entre o pesquisador e a área;
- organização do relatório do estudo compondo a sistematização das sínteses, identificando as tendências dos temas abordados e as relações indicadas nas teses e dissertações;
- análise e elaboração das conclusões preliminares.

Esses procedimentos na pesquisa do Estado da Arte permitem ao pesquisador construir um percurso metodológico no momento da pesquisa e principalmente na coleta de dados. Nesse sentido, compreendemos o estado da arte como uma metodologia potente, por ele permitir mapear e discutir uma produção científica num determinado campo de conhecimento, no caso da nossa pesquisa a aula universitária. Portanto, ao realizar o Estado da Arte tivemos o intuito de não ler apenas os resumos dos artigos, mas os artigos completos, a fim de garantir os objetivos proposto do estudo.

2.1. Objetivos da pesquisa

Geral:

- Analisar a concepção de aula universitária a partir dos eventos da ANPED (1979-2019) e ENDIPE (1979-2018).

Específico:

- Analisar como a aula universitária está articulada ao processo de ensino e aprendizagem.
- Identificar as tendências teóricas existentes nos artigos analisados acerca da aula universitária.

2.2. Banco de dados da pesquisa

A pesquisa iniciou-se no período de agosto a dezembro de 2019, onde foram realizadas buscas no site da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED¹⁵) e do Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE¹⁶) tendo por objetivo mapear os artigos que tinham como descritor de busca

¹⁵ <https://www.anped.org.br/>

¹⁶ <http://www.xxendiperio2020.com.br/home>

“aula universitária”. A escolha por esses dois grandes eventos se deu em decorrência da relevância que esses espaços têm para a socialização de pesquisas na área da Educação.

A Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) é uma entidade sem fins lucrativos que reúne diversos programas de educação, professores e pesquisadores, que conforme seu site possui o objetivo de “fortalecer e promover o desenvolvimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa em educação, procurando contribuir para sua consolidação e aperfeiçoamento, além do estímulo a experiências novas na área; incentivar a pesquisa educacional e os temas a ela relacionados; promover a participação das comunidades acadêmica e científica na formulação e desenvolvimento da política educacional do País, especialmente no tocante à pós-graduação”. Sua estrutura é composta por grupos de trabalhos que são organizados através de 23 GTs temáticos, que reúnem pesquisadores de conhecimento especializado. Essa associação permite a realização de debates para aprofundar questões referentes a educação e atividades acadêmicas através de Reuniões Científicas Nacionais e regionais da ANPED, no entanto, no nosso trabalho utilizamos apenas o banco de dados das reuniões nacionais.

Nesta direção, o outro banco de dados da nossa pesquisa constitui-se pelo Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE). Esse encontro reúne “diversos profissionais e pesquisadores com o intuito de sistematizar experiências e trocas acerca da didática e a prática do ensino, tendo por objetivo de divulgar pesquisas, estudos, experiências sobre a didática, práxis pedagógicas, docência, saberes docentes, currículo e formação de professores, no entrecruzamento de múltiplos olhares sobre o cenário político-social da atualidade, seus desafios, embates, enfrentamentos e implicações sobre a educação básica e educação superior. Discutir coletivamente e ressignificar o estatuto da didática na contemporaneidade, com base em abordagens críticas, emancipatórias, inovadoras, criativas, em busca da compreensão e (re)construção de práxis efetivas em favor da transformação social e congregar experiências didáticas, confrontar paradigmas, criar espaços de interlocução, diálogos e de trabalho cooperativo entre as instituições e as pessoas”, conforme consta no site eletrônico do ENDIPE.

Realizamos o mapeamento dos artigos através dos Grupos de Trabalho (GT) da ANPED (GT- 04 – Didática, GT-08 – Formação de Professores e GT – 11 – Política da Educação Superior) e Eixos temáticos do ENDIPE (Práticas Pedagógicas e Saberes Docentes; e Didática e Prática de ensino). A escolha por esses grupos de trabalhos foi

resultante de ter como temática central a didática. A didática como elemento importante orienta as atividades educativas com o objetivo de transformar os saberes pedagógicos, sendo a aula um componente da organização do ensino. Tendo também a formação de professores e a política, voltados para a educação superior. O grupo de trabalho Práticas Pedagógicas e Saberes Docentes; e Didática e Prática de ensino tem relação direta com a descrita aula universitária.

Nesse levantamento encontramos 1500 materiais do ENDIPE e 450 da ANPED sendo eles divididos em painéis (artigos) e pôsteres na base de dados dos sites, porém apenas sistematizamos os artigos relacionados à temática da pesquisa – aula universitária. Após os dados sistematizados, identificamos somente 22 artigos que são do período de 2007 a 2019 referentes a nossa temática. Cabe ressaltar que utilizamos como descritor de busca “Aula universitária”.

Porém, ao mapear os artigos encontramos algumas dificuldades que aconteceram no percurso da pesquisa, em relação ao acesso aos materiais, em especial nos dados da ANPED. No site dessa associação, os artigos não se encontravam organizados (somente dados disponíveis a partir da 23ª reunião¹⁷), tendo a pesquisadora que acessar cada reunião para o levantamento dos dados de pesquisa. Os artigos do ENDIPE foram mais acessíveis facilitando o levantamento dos dados. Nesse sentido, acreditamos que pelo fato desse encontro acontecer em regiões e instituições diversas, cada comissão organizadora viabiliza a organização do site possibilitando a divulgação do evento e os artigos disponíveis na íntegra.

Ao sistematizar os materiais identificamos 02 artigos na ANPED e 09 artigos no ENDIPE a partir do descritor “aula universitária”. Identificamos que o debate sobre aula universitária é bem escasso e poucos materiais são produzidos sobre essa temática. Será que isso acontece em decorrência do docente julgar saber ou então aprender a dar aula através de erros e acertos? Ou talvez, a aula seja considerada como algo natural, não precisando o docente se debruçar ou aprimorar os seus conhecimentos?

Em decorrência disso, elaboramos abaixo um quadro sinóptico com os artigos sistematizados.

¹⁷ Disponível em <https://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacional> - 1ª a 39ª Reuniões (1978-2019).

Quadro Sinóptico 1 – Artigos do ANPED

Ano	Título	Autor(es)/Instituição	Palavras-chave	Resumo
2007	A (re) significação das aprendizagens na aula universitária da educação superior.	Maísa Beltran Pedroso -UNISINOS	Não consta palavras-chave.	Não consta resumo.
2015	A(s) Aula (s) universitária: do “altar” sagrado ao “acontecimento”.	Maria das Graças Auxiliadora Fidelis Barbosa UCSAL	Aula universitária, docência universitária e prática pedagógica.	A aula universitária tem sido considerada como fenômeno de natureza coletiva e complexa atravessada por diferentes crenças e valores, não podendo, portanto, ser simplificada. Nesse artigo a aula universitária foi assumida como interesse investigativo, metaforizada como coreografia de ensino. O objetivo consistiu em mostrar as aproximações e distanciamentos nos modos de conceber e produzir a aula universitária pelos docentes e seus desdobramentos na prática. Trata-se de uma pesquisa qualitativa desenvolvida em uma universidade privada brasileira, onde foram realizadas observações de aulas e entrevistas sem diretivas com oito docentes das áreas de Educação, Saúde, Ciências, Exatas e Direito. Conclui-se que, a aula universitária assim apreendida, se desloca do “altar sagrado” e revela-se como um “acontecimento”. Em sua configuração sociológica e pedagógica, deve ser entendida não como tempo/espço demarcado unicamente pelo instituído, mas também pelas práticas instituintes de um ambiente relacional, composto pelas estruturas visíveis instituídas (conteúdos, sistemas de avaliação, metodologias) e pelas estruturas não visíveis, que se revelam na performatividade dos gestos, e abrigam as relações, a afetividade, as tensões e o inédito.

Quadro Sinóptico 2 – Artigos do ENDIPE

Ano	Título	Autor(es)/Instituição	Palavras-chave	Resumo
2014	A aula: espaços de desafios didático-pedagógicos.	Cleide Maria Quevedo Quixadá Viana UnB.	Educação Superior, Trabalho docente e Aula.	<p>O artigo apresenta um recorte da pesquisa desenvolvida na Universidade de Brasília (UnB), sob minha coordenação, que investiga “A aula na educação básica e na educação superior: concepção, organização, desenvolvimento e desafios na atualidade”. Parte-se da constatação de que as profundas transformações provocadas pelo advento da Revolução da Robótica e da Informática e o reflexo da crise estrutural do capital, impactaram em inúmeras mudanças na nossa sociedade, mudanças estas, impostas pelos organismos internacionais ao governo brasileiro e por este, à nossa sociedade, entre elas, as reformas relacionadas à Educação. É comum a crítica da sociedade, de alunos e mesmo de professores sobre o descompasso existente na educação superior frente aos atuais desafios da sociedade sobre aquela não ser atraente para o aluno. Elege-se então, como objetivo geral deste recorte: Analisar os desafios atuais enfrentados pelo professor e suas implicações na concepção, organização e desenvolvimento da aula na educação superior. De forma específica procura-se: analisar as implicações da política educacional brasileira atual no trabalho docente; discutir os desafios enfrentados pelo professor para o desenvolvimento exitoso do seu trabalho na sala de aula. O presente recorte da pesquisa, de natureza qualitativa, utiliza-se do estudo bibliográfico para subsidiar a discussão. Pretende-se com a pesquisa sobre a temática, contribuir para o debate no meio educacional através de produção de artigos, capítulos de livros, apresentação em eventos científicos sobre a aula que temos hoje na educação superior, seus desafios e perspectivas.</p>

2014	A aula universitária: diversidade no modo pedagógico de coreografar.	Maria das Graças Auxiliadora Fidelis Barboza – UCSAL Celia Maria Fernandes Nunes - UFOP	Docência universitária, coreografias de ensino e estruturas visíveis.	O artigo aborda questões relacionadas à docência universitária, buscando analisar a prática desenvolvida por docentes dos cursos de Pedagogia, Enfermagem, Direito e Informática em uma universidade privada no Brasil. Apresenta um recorte da tese de doutorado em Educação cujo objetivo geral é compreender a aula, não apenas na sua dimensão epistêmica, mas, analogicamente como uma coreografia de ensino e nela os modos como é produzida e interpretada pelos docentes. Pretende mostrar as semelhanças e diferenças nos modos como os docentes desenvolvem suas práticas na sala de aula. A perspectiva da coreografia é também uma via para compreender a docência como construção que congrega as estruturas visíveis (estratégias de ensino; formas sociais, relação docente/discentes), e a dimensão não visível (as pretensões que orientam o fazer pedagógico dos docentes, ressignificação da sala de aula e da docência). Trata-se de uma pesquisa qualitativa desenvolvida no período entre 2009 e 2011, cujo enquadramento teórico foi construído a partir dos estudos de Oser e Baeriswyl (2001;2008), Altet (2000), Postic (2008) . Foram realizadas observações diretas e entrevistas semidiretivas. Os resultados indicam que não há uniformidade ou equivalência nas coreografias docentes apesar de haver bases comuns que os aproximam e os identificam como professores universitários. O que diferencia as aulas destes docentes, não são apenas os tipos de atividades que eles desenvolvem em sala de aula, senão, sua maneira de articulá-las, configurando a especificidade das propostas pedagógicas de cada disciplina e a experiência com a docência, com a formação profissional. Conclui-se que a docência universitária é feita de rupturas, continuidades e contradição entre discurso e prática, e, embora o docente deseje uma coreografia centrada na aprendizagem do estudante, na prática predomina a coreografia centrada no ensino.
------	--	--	---	---

2014	As contribuições do uso de dispositivos móveis para a gestão da aula universitária.	Rosana Maria Gessinger Letícia Lopes Leite Márcia Cristina Moraes Pontifícia - PUCRS	Tecnologias da informação e comunicação; dispositivos móveis e docência universitária	<p>O artigo apresenta resultados de uma investigação, realizada em uma Instituição de Ensino Superior do Rio Grande do Sul, que tem como objetivo geral compreender o diferencial do uso de dispositivos móveis para a gestão da aula universitária. Como objetivos específicos busca elaborar propostas pedagógicas para a utilização de dispositivos móveis na aula universitária, em consonância com o projeto pedagógico e com os objetivos estratégicos da Instituição; produzir metodologias apoiadas no uso de tecnologias móveis e analisar as repercussões do uso de tais metodologias nos processos de ensino e de aprendizagem. O projeto apoia-se, entre outros, nos pressupostos da pedagogia relacional (BECKER, 2001), do educar pela pesquisa (DEMO, 2007) e nos princípios da mediação pedagógica na aula universitária (FREITAS; LIMA; GRILLO, 2012). Inicialmente, é apresentado o Projeto Laboratório de Tecnologias para Aprendizagem em Rede (LabTEAR) e o subprojeto LabsMóveis, no âmbito do qual se desenvolve a presente investigação. Em seguida, são explicitados os Princípios da Mediação Pedagógica, que foram elaborados coletivamente e orientam as atividades desenvolvidas no referido projeto. A seguir, são apresentadas as repercussões do LabTEAR e do LabsMóveis, com ênfase na capacitação docente. Por último, é apresentado o Projeto de Pesquisa que emergiu da necessidade de avaliar as contribuições do LabsMóveis à gestão da aula universitária, bem como os seus resultados. O estudo permitiu traçar o perfil do estudante que participa do LabsMóveis e evidenciou um acréscimo no percentual de alunos satisfeitos na avaliação das disciplinas que participam do referido projeto, reforçando a importância do uso pedagógico de dispositivos móveis como uma possibilidade de contribuir para qualificar a gestão da aula universitária.</p>
------	---	---	---	---

2012	Didática e Didáticas específicas: a aula universitária	Roberto Valdés Puentes – UFU Orlando Fernandez Aquino - UFTM	Docência universitária, aula, didática e didáticas específicas.	<p>O artigo apresenta resultados de um estudo de necessidades didáticas de professores do ensino superior, com base nas exigências da docência universitária do século XXI, consideradas parte de uma didática específica. São utilizados dados dos docentes de um Centro Universitário na cidade de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, recolhidos com o uso de diversos instrumentos aplicados a uma amostra de 144 professores, 279 estudantes, 9 coordenadores de curso, 40 planos de disciplina e 70 aulas. Em conjunto, as informações levantadas foram utilizadas na elaboração do diagnóstico de obstáculos e de necessidades didáticas dos professores por intermédio da avaliação de suas funções docentes, especialmente, da docência. Este estudo considera as necessidades formativas tanto na direção das deficiências de caráter didático, que inabilitam o professor no sentido de responder adequadamente às funções exigidas pela instituição de ensino, pelos alunos e pelo sistema educativo (necessidades externas), bem como das expectativas individuais e coletivas, aspirações, interesses, desejos e preocupações dos professores em situações concretas de atuação (autopercepções individuais). Os resultados revelam alguns dos principais obstáculos que uma estratégia de desenvolvimento profissional precisará enfrentar: fragilidade dos mecanismos institucionais, privacidade das práticas pedagógicas e autonomia exagerada dos professores em sala de aula. Os problemas relacionados com o planejamento, gestão e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem parecem ser algumas das principais necessidades a ser resolvidas com vistas à renovação da docência universitária.</p>
------	--	---	---	--

2012	Docência universitária: a aula e as didáticas específicas	Edileuza Fernandes da Silva Unb/ SEDF	Docência Universitária, aula e didáticas específicas.	Este trabalho é recorte de um estudo mais amplo sobre a docência universitária que teve como maior objetivo refletir sobre a aula na educação superior, procurando identificar as influências dos campos científicos na constituição de didáticas específicas articuladas com uma didática de cunho mais geral. Analisa o trabalho docente, as concepções de docência e suas repercussões na construção das didáticas específicas nas disciplinas dos cursos de Odontologia, Administração e Medicina Veterinária de uma universidade pública do Distrito Federal, enfatizando a aula como espaço de múltiplas relações e interações, dinamizada pela relação pedagógica de cunho dialógico a fim de propiciar o exercício da autonomia do professor e do aluno. A abordagem metodológica privilegiada é a qualitativa e envolveu um trabalho de campo que objetivou apreender a realidade da sala de aula em sua completude, de maneira a analisar, interpretar práticas, relações, entre outros aspectos, utilizando procedimentos de levantamento de dados como: entrevista narrativa e observação de aulas. Foram observadas aulas em espaços convencionais, como nas tradicionais salas de aulas e em espaços não-convencionais como em laboratório de necropsia e clínica integrada de odontologia, situações que favoreceram a relação teoria e prática. A aula como um projeto de construção colaborativa se configura planejadamente e se explicita concretamente, em torno de seus elementos constitutivos: objetivos, conteúdos, métodos e técnicas de ensino, tecnologias e avaliação. Nas aulas analisadas professores e estudantes ao reconfigurar os conhecimentos ultrapassam a concepção de que o conhecimento, para ser científico
------	---	--	---	--

				precisa romper com o senso comum. Os docentes partem do senso comum, dos conhecimentos prévios dos estudantes e do contexto onde se realiza o objeto de estudo e estabelecem relações com outras formas e tipos de conhecimento.
2006	A aula universitária em situação, espaço de múltiplas relações, interações, influências e referências: um ninho de muitos fios.	Telma Santa Clara UFPE	Não constava palavras-chave.	Não constava resumo.
2016	É tanto tempo para vocês e tanto tempo para mim: figurações do tempo na aula universitária.	Maria das Graças Auxiliadora Fidelis Barboza (Universidade Católica do Salvador/Ba) Inês Assunção de Castro Teixeira (Universidade Federal de Minas Gerais)	Docência universitária, figurações do tempo da aula e aula universitária.	São muitos os tempos dentro do tempo da aula. Dessa arquitetura temporal da docência universitária, a pesquisa analisou alguns de seus traçados, em suas durações e rítmicas. Nesse horizonte são analisados aspectos das figurações do tempo presentes no <i>fazer</i> das práticas pedagógicas, particularmente na(s) aula(s) universitária(s). Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada em uma universidade privada brasileira, a partir das observações das aulas e de entrevistas semidiretivas com oito docentes das áreas de Educação, Saúde, Ciências Exatas e Direito, entre 2009 a 2011. No plano conceptual e metodológico do estudo, o estudo opera com pressupostos teóricos da Sociologia da Educação e da Sociologia do Tempo. Quanto aos tempos dos docentes universitários, se inscrevem nas temporalidades das instituições universitárias, histórica e socialmente construídas. Trata-se, ainda, de vivências inscritas nas temporalidades constitutivas das interações sociais entre docentes e discentes, sendo elas reguladas pelos currículos, pelas agendas, pelos calendários e horários nos quais se destacam os períodos destinados às aulas,

				à sala de aula, que apresentam as durações mais longas e constantes nos tempos cotidianos acadêmicos. De outra parte, o fato de as aulas serem temporalidades construídas no desenrolar das interações pedagógicas entre sujeitos socioculturais, tais encontros contêm elementos de determinação e regulação – a dimensão instituída dos tempos acadêmicos - tanto quanto envolvem indeterminação e imprevisibilidade – a dimensão instituinte dos tempos, originada nas práticas individuais e coletivas destes sujeitos, conforme Teixeira (1998).
2016	Didática e Contradição: uma etnografia da aula universitária	Guilherme Torres Corrêa – Faculdade de Educação/ Universidade de São Paulo Maria Isabel de Almeida – Faculdade de Educação/ Universidade de São Paulo	Não constava palavras-chave.	Não constava resumo.
2016	Educação transcriadora: ações didáticas que constituem a aula no ensino superior	Elisabet Aguirre Doutoranda em Educação/UFMT	Tradução, transcrição, ato de criação e aula.	Este estudo procura exercitar o pensamento no que diz respeito à aula em seus processos de criação ancorados na concepção deleuziana e cunhada por Sandra Corazza. Uma aposta na perspectiva de uma Didática da criação, para criar um plano de registro da escuta da aula singular onde não há regras nem soluções universais. Sinto-me instigada a criar um plano de escuta da aula no ensino superior, mapeando a atividade do pensamento como ato de transcrição, de diferenças, de devires e de criação ao focar os conceitos de educação, aula, ato de criação no ensino superior, no curso de Psicologia, nas instituições de ensino superior UFMT em Cuiabá – MT e o Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG, no

				<p>município de Várzea Grande - MT. A pesquisa-criação aqui proposta corresponde à tentativa de constituição da aula, consubstanciada sobremaneira na construção de Corazza ao anunciar uma educação transcriadora. Perspectiva traçada no âmbito do ensino superior quanto ao desenvolvimento da aula, o desafio situa-se na experimentação de uma didática da tradução/transcrição. Nesse sentido, verifico se a aula no ensino superior impede o surgimento de um novo pensamento e também impossibilita a formulação de um pensamento que não esteja previamente determinado nos métodos anteriormente formulados; por esse motivo, pesquisar tal tema faz-se necessário para compreender a possibilidade da didática da transcrição, na educação superior e as mudanças possíveis na prática pedagógica de modo a impulsionar a criar formas de experimentação, interpretação e perspectivas, numa pesquisa feita entre Deleuze e a educação... com Deleuze... tendo deleuze no meio. Finalmente, tomo o estatuto pedagógico dos conceitos presentes em aula, na ótica didática da transcrição aqui denominada por um olhar o ensino superior e como a aula é produto, é produtora de novos pensamentos, produtora de novos conceitos e, sobretudo, uma práxis tradutória</p>
--	--	--	--	--

Portanto, os quadros sinópticos 1(ANPED) e 2 (ENDIPE) constituem o meu corpo de análise que será analisado no capítulo 3. Para dar consecução dessa análise, realizamos um levantamento de livros sobre a aula universitária para ajudar a compor a fundamentação teórica da nossa pesquisa.

Quadro Sinóptico 3 – Livros e Artigos sobre a Aula Universitária

Título	Autor	Categoria
Nove aulas inovadoras na Universidade 2011	Edileuza Fernandes da Silva	Livro
Pedagogia Universitária. A Aula em foco. 2001	Ilma Passos de Alencastro Veiga e Maria Eugência Castanho Silva	Livro
O professor universitário em aula 1990	Marco Tarciso Masetto e Maria Celia de Abreu	Livro
A aula universitária: coreografias do ensino 2012	Maria das Graças Auxiliadora Fidelis Barboza	Livro
Aula universitária: inovação e pesquisa. 1997	Maria Isabel da Cunha	Livro
A aula universitária: onde ficam professor e aluno (?) 2016	Bendita Donaciano Lopes Fernanda Borges de Andrade Naima de Paula Salgado Chaves	Artigo
Docência Universitária - Repensando a Aula 2003	Marco Tarciso Masetto	Artigo
A aula na Educação Superior: desafios e perspectiva na atualidade. 2017	Cleide Maria Quevedo Quixadá Viana e Edileuza Fernandes da Silva	Artigo
O ensino de graduação na Universidade – A Aula Universitária.	José Carlos Libâneo	Artigo
A aula universitária em debate: entre expectativas e perspectivas 2009	Maria Lucia Marocco Maraschin	Artigo

Os levantamentos bibliográficos dos livros e artigos sobre a aula universitária possibilitou a compreensão sobre a temática no capítulo 1 e no capítulo 3 trouxe a discussão deles com o seu marco teórico.

Capítulo 3 – Análise e interpretação de dados da pesquisa

Nesse capítulo apresentaremos a análise e interpretação dos dados obtidos no decorrer da pesquisa. Para a análise dos dados, utilizamos a análise de conteúdo buscando através dos artigos da ANPED e ENDIPE identificar conteúdo e significado na construção dos materiais elaborados pelos autores.

Portanto, esse capítulo encontra-se organizado em duas subseções. A primeira subseção refere-se à estrutura da organização dos artigos sistematizados: nome completo, número da reunião, ano, estado onde ocorreu o ANPED ou ENDIPE, resumo, palavras-chaves, caminho metodológico e análise dos dados utilizados nos artigos. A segunda subseção apresentamos as categorias de análise utilizadas no levantamento dos dados nos artigos, que foram:

- Concepções de aula universitária
- Tendência teórica

3.1. Composição e estrutura dos artigos

Sobre os artigos disponíveis da ANPED identificamos apenas dois que tratam da temática da pesquisa. Desses dois artigos apenas um discute e apresenta elementos sobre o que seria a aula universitária.

3.1.1. Artigos ANPED

O primeiro artigo denominado “**A (re)significação das aprendizagens na aula universitária da educação superior**” (30ª reunião – 2014 | Caxambu – Minas Gerais), não possui resumo e nem palavras-chave. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, utilizando o questionário como instrumento de coleta de dados e tendo como campo de pesquisa a sala de aula. A pesquisa foi realizada com os alunos concluintes de um curso de graduação em nutrição, no qual perguntou suas experiências no processo de formação, em especial as mais significativas. Os alunos tiveram que responder três perguntas abertas, que foram: 1. Durante o curso, a(s) melhor(es) experiência(s) de ensino aprendizagem que vivenciei foi(ram).... , 2. Escolhi esta(s) experiência(s) porquê ... e 3. O(s) professor(es) que realizou (aram) esta(s) atividade (s) foi (ram). A pesquisa diz que

dos 49 alunos matriculados na disciplina, apenas 34 responderam ao questionário, representando 69,38% do total da disciplina. Após a análise do material, as respostas foram organizadas em núcleos, permitindo identificar, em uma primeira etapa, as seguintes categorias: sala de aula, o protagonismo, a relação teoria e prática e a dimensão profissional.

Foram utilizados autores como Cunha (1999), Sousa Santos (1989), Tardif (2000), Masetto (2001), Balzar (1995), Sobrinho (1995), Fernandes (2001), Gimeno Sacristán e Pérez Gómez (1998).

No artigo apesar de colocar no título a palavra aula universitária, no texto traz uma discussão sobre a sala de aula, protagonismo, relação entre teoria e prática e a dimensão profissional. Apesar de utilizar o termo aula universitária abordou elementos que compunham a aula e sinalizou em seu texto que as reflexões apresentadas não pretendem dar conta da totalidade da pesquisa, mas que ela seria um instrumento valioso para ajudar compreender o ambiente universitário.

O segundo artigo **“A(s) Aula(s) universitária: do “altar” sagrado ao “acontecimento”** (37ª reunião – 2015 | Florianópolis – Santa Catarina), tem resumo e palavras-chave. Foi abordado logo no resumo que o objetivo do artigo é discutir a aula universitária. Realizado através de uma pesquisa qualitativa com observações de aulas e entrevistas semidiretivas numa instituição privada desenvolvida numa universidade privada.

Nesse artigo, foi descrito de forma minuciosa o caminho percorrido para a construção do artigo, apontando questões para direcionar o andamento da pesquisa. Foram realizadas observações de 6 aulas e entrevistas semidiretivas com oito docentes dos cursos de Direito, Enfermagem, Pedagogia e Informática. Foram analisadas as aulas de dois docentes de cada curso, num total de oito sujeitos, sendo 04 homens e 04 mulheres, localizados em faixas etárias assim especificadas: três (03) entre 30 e 35 anos; dois (02) entre 40 e 50 anos e 03 entre 60 e 70 anos; em diferentes estágios de sua carreira: três (3) nos anos iniciais (1 a 5 anos); dois (2) nos anos intermediários (10 a 15 anos) e três (3) nos anos finais (mais de 20 anos). O artigo aponta que, “as vozes dos professores atravessam as análises para compor um diálogo entre as suas formulações acerca de suas concepções e performances em sala de aula” (BARBOSA, 2019, p. 3) Nesse horizonte,

elas se propuseram a analisar as tensões e dificuldades que ocorrem no contexto da aula universitária.

Para a construção do artigo foram utilizados os seguintes autores: Oser e Baeriswyl (2001), Altet (2000), Postic (2007) Zabalza (2004), Dussel e Caruso (2003), Cunha (2003;1997), Pimenta e Anastasiou (2000), Libâneo (2005) Lucarrelí (2009) Isaia (2006) e Morosini (2006). Esses autores vêm pesquisando e discutindo, entre outros aspectos, a pedagogia universitária com reflexões sobre a prática do professor universitário; sobre os desafios da docência universitária; sobre as inovações pedagógicas no ensino superior; políticas públicas para o ensino superior; práticas e relações pedagógicas entre outros (p. 4).

Nesse artigo, foi abordado que a “aula no ensino superior continua sendo vista como um ‘altar sagrado’ da academia que deve ser preservado, que não pode ser desvelado” (BARBOSA, 2019, p. 1). Ao afirmar isso, coloca em questão o quanto esse tema é complexo e pouco discutido no ensino superior. Pois, ao tornar-se “velado”, entende-se que, quem dá aula já sabe como se faz. Contudo, na discussão do texto, apresentaram “a aula como espaço para além da dimensão didático-pedagógico em sentido restrito, mas como um evento atravessado não só por conhecimentos, mas, principalmente por relações intersubjetivas e vivências de cunho afetivo, valorativo e ético” (BARBOSA, 2019, p. 2). Isso quer dizer que a aula não seria apenas a transmissão de conteúdo ou de conhecimento, mas sim um conjunto de saberes que compõe essa aula. Na visão de Cunha (1997, p. 80-81), “É nela que, principalmente, se traduzem as ambiguidades e os desafios do ensino superior. (...) Nela é que se materializam os conflitos entre expectativas sociais e projeto de cada universidade, sonhos individuais e compromissos coletivos, transmissão e produção do conhecimento, ser e vir-a-ser”.

No artigo é abordada uma questão importante, que é sobre a Pedagogia Universitária. É relatado que “a Pedagogia Universitária é concebida como um processo histórico, uma invenção da modernidade que ao longo dos anos vem tomando contornos complexos e dinâmicos. Uma trajetória que busca compreender elementos que estão na origem das mudanças que a universidade tem apresentado através dos séculos e a maneira como elas têm influenciado o ensino universitário, em particular, a(s) aula(s)” (BARBOSA, 2019, p. 8). Sobre esse assunto é preciso compreender como a pedagogia universitária teve um importante papel para organizar e construir ideias mais claras de

como os professores universitários podem melhorar a docência. Barbosa (2019, p. 8), afirma que “a aula é, acima de tudo, uma prática relacional, essa prática ocorre sempre numa situação particular, em condições singulares e num contexto específico: a sala de aula, *lócus* historicamente privilegiados deste ‘acontecimento’”.

Podemos perceber que os dois artigos são sobre uma pesquisa qualitativa e na análise de dados os autores não deixam claro que tipo de análise foi usada na construção do texto.

3.1.2. Artigos ENDIPE

Sobre os artigos disponíveis no ENDIPE, identificamos 9 que tratam da temática da pesquisa.

O primeiro artigo “**A aula universitária em situação, espaço de múltiplas relações, interações, influências e referências: um ninho de muitos fios**” (XVII ENDIPE – 2016 | Cuiabá – Mato Grosso), não tem resumo e nem palavras-chave. Trata-se de um texto referente a estudos que a autora desenvolveu em decorrência da pesquisa de doutorado que teve como objeto de estudo, a aula universitária. No texto foi abordado com se deu o tratamento dos dados da pesquisa, onde adotou-se procedimentos de análise das falas e das práticas produzidas no cotidiano da aula universitária.

O campo de pesquisa foi a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), escolhendo a aula do Curso Médico do Centro de Ciências da Saúde da UFPE como campo de investigação. De acordo como o artigo, “em decorrência da intencionalidade presente no seu projeto político-pedagógico, em desenvolvimento, a partir do ano de 2003: resgatar os princípios de formação humana-profissional do Curso. Tendo por objetivo identificar as bases que fundamentam a aula, de modo a apreendê-la, desvelando seus muitos sentidos, tentando compreender como se constitui e se institui no contexto de crise da universidade; e quais os elementos sinalizadores de uma prática pedagógica na perspectiva da educação como processo de formação da pessoa humana na integralidade” (CLARA, 2006, p. 4). Os sujeitos da pesquisa foram os docentes e alunos que estavam diretamente envolvidos no processo de construção da aula. Foram utilizados dois procedimentos: a observação e a entrevista, como também os seguintes documentos: Projeto Pedagógico do Curso; Programação dos Módulos; Planos de Aula; Roteiros de

Atividades em Campo; Estudos de Caso; Registros de Avaliações dos Módulos, produzidos por alunos e professores.

No artigo foram empregados os autores que vão desde a Filosofia, ao campo da didática. Sendo eles: Buber, 1982; Freire, 1996; RÖHR, 1999; Severino, 2001, de Becker (1995); Cunha (1989,1998); Oliveira (1993); Penin (1994); 1995; Pimenta e Anastasiou (2002); Veiga (1991).

A autora apresentou a aula universitária como seu objeto, seguindo as orientações teóricas que se opõem ao conservadorismo de concepções e práticas pedagógicas não críticas, que elas consideram ser incompatíveis ao processo de desenvolvimento humano. Descrevem “a aula como um espaço de elaboração e re-elaboração permanentes de saberes e fazeres, na perspectiva da produção e do diálogo dos saberes, respeitando a pluralidade e a autonomia dos sujeitos (CLARA, 2006, p. 3).

Alguns elementos foram fundamentais na constituição da aula enquanto objeto da sua pesquisa elaborado no artigo. O primeiro seria o sentido da formação e da prática médica, que estão presentes no contexto da prática social mais ampla e que têm fortes impactos na aula do curso. O segundo é o currículo do curso, que no contexto de reforma curricular, tem sua expressão nas práticas e nos saberes constitutivos da aula. Citam como exemplo dos estudos de Fernandes (2004), Sacristán e Nóvoa (1995); Santomé (1998), que em contraposição ao modelo de currículo pautado na lógica do pensamento linear, hegemônico do paradigma da ciência moderna, propõem novos modelos de currículo, dentro da nova concepção de conhecimento, com a valorização da diversidade cultural e do diálogo de saberes, na perspectiva da integração. O terceiro seria os sentidos da sala-de-aula e da Unidades de Saúde como espaços que a aula se faz. Esses espaços são construídos como uma construção cultural, que trazem discursos pedagógicos, discursos da história da prática e da formação do médico. O quarto seria o ensino e aprendizagem como um processo básico de constituição da qual, se dá nas relações entre professores e alunos, saberes e práticas e o quinto seria a docência que está relacionada na formação, saberes e práticas pertinentes à condição do ser professor.

O segundo artigo “**Didática e Didáticas específicas: a aula universitária**” (XVII ENDIPE – 2012 | Cuiabá – Mato Grosso), tem resumo e palavras-chave. O artigo refere-se a um estudo desenvolvido no contexto do Plano Nacional de Graduação: um projeto que estava em construção – Plano Nacional de Graduação (PNG/1999), do Projeto de

Desenvolvimento Institucional (PDI) do Centro Universitário do Triângulo (Unitri). Participaram da pesquisa 9 coordenadores de curso, 279 estudantes da graduação e 144 professores. As autoras dividiram o percurso metodológico em três etapas: 1) definiu as necessidades didáticas; 2) identificou os saberes didáticos que se desejam nos professores, por intermédio da análise do PNG, do PDI da Unitri e da concepção que os autores têm sobre prática pedagógica; 3) identificou os saberes reais que os professores apresentam, com base na análise das práticas (observação de aulas) e na opinião emitida pelos próprios professores, pelos alunos e pelos coordenadores.

No artigo há uma descrição de um item chamado procedimentos metodológicos que informam o diagnóstico, os obstáculos e as necessidades didático-pedagógicas dos professores sujeitos da pesquisa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que teve a preocupação de perceber as necessidades didáticas dos professores. Sobre a análise dos dados os autores não apontam no texto como ela ocorreu.

Os autores abordados no artigo foram: sobre docência em geral (Gauthier et al., 1998), e sobre docência universitária em particular (Libâneo, 2003; Veiga, 2006; Tirados e Maura, 2007; Zabalza, 2006; Masetto, 2003; Pimenta; Anastasiou, 2002; González Rey, 2008; Martinez, 2008).

No texto foi relatado os resultados obtidos na pesquisa que foram divididos em quatro partes:

Na primeira refere-se sobre os instrumentos de autoavaliação aplicados aos professores, “os resultados da autoavaliação mostram a insatisfação dos professores em relação à qualidade do trabalho didático que realizam em sala de aula e as necessidades que eles sentem para inserir-se numa proposta educativa que aponta no sentido de um novo paradigma para a educação superior. A atividade de planejamento, execução e avaliação do processo de ensino-aprendizagem ainda representam para o conjunto de professores entrevistados um enorme desafio” (PUENTES; AQUINO, 2012, p. 6).

A segunda refere-se aos resultados do questionário aplicado aos estudantes, onde eles declararam “que seus professores planejam e organizam o processo de ensino-aprendizagem das disciplinas que ministram, mas a imensa maioria deles avalia a qualidade desse trabalho entre regular e insuficiente, além de advertir para a necessidade de horários destinados ao atendimento individual e/ou em grupo de alunos com

dificuldades de aprendizagem, previsto no projeto pedagógico do curso, mas desconsiderados na prática. Também é apontada a ausência da atividade de tutoria do planejamento e acompanhamento do desenvolvimento acadêmico, cultural e profissional dos estudantes. Tanto a falta de horários para o atendimento dos alunos com problema, quanto para a orientação profissional comprometem duas funções importantes dos professores. Eles se comunicam e se relacionam muito pouco com os estudantes individualmente, pelo que sua atividade dentro do processo de ensino aprendizagem fica, dessa forma, limitada ao horário da aula que é ainda mais prejudicada no contexto de turmas muito numerosas” (PUENTES; AQUINO, 2012, p. 7).

O terceiro refere-se à análise dos planos de disciplina, que apontaram que a maioria dos professores elaboram seu planejamento num formato muito pequeno (2 ou 3 páginas), incapazes de conter todas as informações suficientes sobre a disciplina referente aos componentes do processo de ensino-aprendizagem.

A quarta refere-se aos resultados obtidos sobre a observação da aula foram: 1) dificuldade para elaborar os objetivos em função da formação de competência; Inadequação durante a indicação da bibliografia básica e complementar e outras fontes de informação; 2) os conteúdos são pouco integrados com outras estratégias curriculares: idioma, informática e outras; 3) a maioria dos professores não apoia os conteúdos com meios tecnológicos adequados; 4) a busca independente do conhecimento permitindo ao aluno chegar à essência da aplicação acontece em raríssimas ocasiões; 5) como tendência não são propostas atividades em função das dificuldades de aprendizagem detectadas; 6) quase total ausência de acompanhamento do trabalho do professor durante a realização das atividades vinculadas à docência; 7) predomínio da aula expositiva e centrada no repasse de informações; entre outras.

Esse artigo traz uma proposta interessante que foi a observação das aulas, o que permitiu “detectar problemas nos professores que vão muito além dessas necessidades apontadas, especialmente em relação com o controle da disciplina dos alunos durante a aula (PUENTES; AQUINO, 2012, p. 10)”.

O terceiro artigo “**Docência Universitária: A aula e as didáticas específicas**” (XVI ENDIPE – 2012 | Campinas – São Paulo), tem resumo e palavras-chave. Esse artigo analisa o trabalho docente, as concepções de docência e suas repercussões nas disciplinas Odontologia, Administração e Medicina Veterinária de uma Universidade pública do

Distrito Federal. Apresenta-se logo no início do texto, que se trata de um recorte de um estudo mais amplo realizado pela autora do artigo. A abordagem metodológica utilizada foi qualitativa e utilizou a observação das aulas em espaços convencionais (sala de aula) e em espaços não-convencionais (laboratórios de necropsia e clínica integrada de odontologia). Foram realizadas entrevistas com docentes e através das narrativas das aulas procurou entender as características das didáticas específicas e suas conexões com as disciplinas analisadas. As narrativas possibilitaram que cada professor relatasse o sentido da docência e suas práticas pedagógicas. No texto é relatado que os docentes participantes do estudo não possuem formação pedagógica, necessária ao exercício da docência, mas construíram um estilo didático próprio.

Na construção do artigo utilizaram-se dos seguintes autores: Balzan (2000), Bourdieu (2013), Silva (2011), Tardif (2002), Veiga (2004).

Nesse artigo utilizou-se do conceito de SILVA (2011, p. 2) para definir a aula: “caracteriza-se pelas relações entre indivíduos que ensinam, aprendem, pesquisam e avaliam, sendo as práticas no seu interior vinculadas a outros contextos socioculturais e deve concretizar os objetivos e intencionalidades dos projetos pedagógicos dos cursos e da universidade”.

O quarto artigo “**Aula: espaços de desafios didáticos-pedagógicos**” (XVII ENDIPE – 2014 | Universidade Estadual do Ceará – Fortaleza/ Ceará), tem resumo e palavras-chave. O artigo é um recorte de uma pesquisa qualitativa desenvolvida na Universidade de Brasília, intitulada “A aula na educação básica e na educação superior: concepção, organização, desenvolvimento e desafios na atualidade”, realizada a partir de um estudo bibliográfico. Foi realizado uma pesquisa qualitativa desenvolvida do período de 2009 a 2011, utilizando-se de observações diretas e entrevistas semidiretivas.

No texto tiveram a preocupação de sinalizar ao leitor que se trata de pesquisa bibliográfica, que é um recorte pois faz parte de uma pesquisa mais ampla que ela vem desenvolvendo. Nesse sentido, o texto teve no primeiro momento uma discussão teórica sobre o que é aula, onde teve a contribuição de artigos, capítulos de livros, apresentação de eventos científicos.

No artigo aborda que a aula tem sido objeto de reflexão nas duas últimas décadas, porém é preciso discutir a concepção dela. Ela traz vários teóricos para a conceituação da

aula. Sendo eles: Houaiss (2001), Oliveira (2008, p. 191), Villas Boas (2001, p. 2003) e Veiga (2008).

Além disso, o texto destaca os desafios atuais da aula na Educação Superior, identifica as seguintes categorias: socioeconômica-político-histórico-cultural, político-educacional, formação profissional, didático-pedagógico, tecnológica, motivacional e compromisso do estudante.

O quinto artigo “**A aula universitária: diversidade no modo pedagógico de coreografar**” (XVII ENDIPE – 2014 | Fortaleza – Ceará), tem resumo e palavras-chave. O artigo trata-se de uma pesquisa qualitativa feita no período entre 2009 e 2011 com observações diretas e entrevistas semidiretivas. O artigo é um recorte da pesquisa desenvolvida na tese de doutoramento em Educação, cujo objetivo foi compreender a aula não apenas na sua dimensão epistêmica, mas, analogicamente como uma coreografia de ensino. Participaram dessa pesquisa 08 docentes sendo dois de cada um desses cursos: Pedagogia, Direito, Enfermagem e Informática de uma instituição privada.

Utilizou os autores: Oser & Baerysil (2001; 2008); Altet (2000); Postic (1998; 2008) que foi utilizado para análise dos dados da pesquisa.

A artigo aborda que “o docente concebe uma unidade epistêmica na sua aula. Ele constrói sua própria epistemologia e leva sua cosmovisão, seus repertórios para a sala de aula, como pode ser visto nas atitudes dos docentes, independentemente da natureza do curso e/ou da disciplina” (BARBOSA, 2014, p. 4). Sobre a aula, a autora afirma que “as aulas observadas evidenciam que não há uniformidade ou equivalência nas coreografias dos docentes, apesar de haver bases comuns que os aproximam e os identificam como professores universitários. Há matizes diferenciais, por exemplo, na experiência dos professores com mais tempo no magistério e mais idade” (BARBOSA, 2014, p. 4).

O sexto artigo “**As contribuições do uso de dispositivos móveis para a gestão da aula universitária**” (XVII ENDIPE – 2014 | Universidade Estadual do Ceará-Fortaleza), tem resumo e palavras-chave. Esse artigo é uma pesquisa investigativa numa instituição de ensino superior no Rio Grande do Sul. As autoras apresentam o Projeto Laboratório de tecnologias para Aprendizagem em Rede (LabTEAR) e o subprojeto Labs Móveis sendo esses dois campos de pesquisa de campo. O artigo propõe-se a compreender o uso dos dispositivos móveis para a gestão da aula universitária (a elaboração de propostas pedagógicas para a utilização de dispositivos móveis na aula

universitária) e permitiu também mapear o perfil do estudante que participa do Labs Móvies.

Nesse artigo não é descrito que tipo de pesquisa foi utilizada, apenas relatam que ocorreu em três etapas e os nomes dos cursos participantes. Porém, ao final do texto afirma que utilizou um instrumento de coleta de dados qualitativos, com questões respondidas pelos alunos que participaram do Projeto LabsMóvies.

Os autores utilizados foram Moran (2013), Demo (2007), Becker (2010), Freitas e Lima; Grillo (2012).

No artigo, abordou-se a preocupação de explicar no primeiro momento o que era o projeto LabTEAR e Labs Móvies, a fim de situar o leitor e depois trazer em sua estrutura textual os princípios da mediação pedagógica na aula universitária. Contudo, reforçaram a importância da formação de professores ao uso de TICs, “pois proporciona várias possibilidades de ensino, aprendizagem, pesquisa, promoção e divulgação de conhecimentos (GESSINGER; LEITE; MOARES, 2014, p. 4)”. Os autores tiveram a preocupação em trazer para o leitor como é o funcionamento dos projetos LabTEAR e Labs Móvies, apesar de utilizarem os termos: aula universitária, mediação pedagógica na aula universitária e gestão da aula universitária, na construção teórica do texto esses temas não são abordados. Porém, trouxeram algo diferencial para o leitor que é o uso da tecnologia na aula universitária.

O sétimo artigo **“Didática e Contradição: uma etnografia da aula universitária”** (XVIII ENDIPE – 2016 | Universidade Federal do Mato Grosso – Cuiabá/MT), tem resumo e palavras-chave. Esse artigo foi construído por um doutorando em conjunto com a sua orientadora, por conta disso logo no início do texto afirma que se trata de uma análise parcial da pesquisa de doutorado, que se encontra na fase final. Como é recorte de uma pesquisa mais ampla, o autor somente menciona duas coisas em seu texto: a primeira é que a pesquisa teve com campo de observação cinco disciplinas de uma universidade pública do estado de São Paulo e em segundo, que ele relata ao final do texto que optou em escolher um método etnográfico.

O artigo buscou apresentar uma análise parcial da pesquisa de doutoramento do autor. Teve por objetivo compreender a aula universitária em suas múltiplas determinações, contradições, mediações e dimensões a partir de um desenvolvimento de

uma práxis pedagógica humanizadora, crítica e revolucionária. A pesquisa teve como campo de observação cinco disciplinas em sua totalidade, cada uma pertencente a um curso diferente (Licenciatura em Física, Arquitetura e Urbanismo, Pedagogia, Engenharia Civil e Artes Plásticas), todos de uma universidade pública do estado de São Paulo.

No artigo foram utilizados os seguintes autores Cury (2000), Oliveira; Almeida; Arnoni (2007, p. 124), Kosik (1976) e Saviani (2006).

Além das observações em cada sala de aula, foi realizada uma entrevista semiestruturada com o docente-colaborador e fez uma devolutiva acerca de algumas impressões do ponto de vista didático-pedagógico. Também apresentou uma síntese dos dados das observações etnográficas. Apesar de ser um artigo construído de uma análise parcial, ele aponta em dois momentos no texto o conceito que ele tem sobre a aula. O primeiro seria a “aula em sua complexa dinâmica quando investigada no seu movimento contraditório que se realiza no âmbito de uma totalidade concreta significativa, e a totalidade concreta que dá significado à aula é a disciplina que ela materializa no processo de ensino e aprendizagem” (CORRÊA; ALMEIDA, 2016, p. 4797). O segundo é que “a aula universitária possui uma complexidade tal que sua compreensão demanda tanto um instrumental teórico profundo e coerente, quanto um procedimento metodológico que permita captar sua dinâmica em toda sua riqueza de determinações” (CORRÊA; ALMEIDA, 2016, p. 4800).

O oitavo artigo **“Educação Transcriadora: ações didáticas que constituem a aula no Ensino Superior”** (XVIII ENDIPE – 2016 | Universidade Federal do Mato Grosso – Cuiabá/MT), tem resumo e palavras-chave. O texto propõe apresentar a aula como um processo de criação baseado na concepção deleuziana por Sandra Corazza (2013) nos cursos de Psicologia na Universidade Federal do Mato Grosso em Cuiabá e no Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG no Mato Grosso. O texto se propôs a uma tentativa de constituição da aula a partir de Corazza (2013) numa educação transcriadora.

Por se tratar de uma pesquisa-criação que tem por objetivo instigar e farejar o que impulsiona além do que é construído e determinado, o texto apresenta algumas perguntas para ajudar o leitor a pensar como é possível criar na educação. Para isso, apresenta as seguintes perguntas: Quando se fala da aula no ensino superior será que se está falando de uma prática pedagógica configurada num exercício de docência de autoria, de

interpretação e experimentação? A aula com a didática da transcrição é o fazer nascer do que ainda não existe, em vez de simplesmente representar o que já está dado, rompendo com harmonia do senso comum, desestabilizando nossas certezas? Como entrar e sair da aula? A aula transcrita seria a possibilidade de pensar sem álibi, ser levado pela incerteza, questionando os saberes, constituindo a tentativa de chegar perto da vida, de escolher a escolha? Quais os impulsos presentes numa aula, mantendo as diferenças, cultivando a vontade a criação? Essas perguntas surgem a partir das ideias de Deleuze (2006) como as de devir, acontecimentos, singularidades, enfim conceitos que nos impelem a transformar a nós mesmos, incitando-nos a produzir espaços de criação e de produção de acontecimentos-outros.

O nono artigo **“É tanto tempo para vocês e tanto tempo para mim: figurações do tempo na aula universitária”** (XVIII ENDIPE – 2016 | Universidade Federal do Mato Grosso – Cuiabá/MT), tem resumo e palavras-chave. O texto é uma pesquisa qualitativa realizada em uma universidade privada brasileira, a partir de observações de aulas e de entrevistas semidiretivas com oito docentes das áreas de Educação, Saúde, Ciências Exatas e Direito, entre 2009 a 2011. Foram utilizados como instrumento de pesquisa a observação de aula e entrevistas semidiretivas no período de 2009 a 2011, trazendo em seu texto apenas essa informação.

Utilizou-se de outros autores: Oser & Baeriswyl (2001), Teixeira (1998), Barboza (2013), MacLaren (1992), Zabalza (2004), Puentes e Aquino (2008).

A estrutura textual baseou-se em alguns pressupostos teóricos extraídos do que se denomina uma Sociologia do Tempo. Nesse artigo trazem a questão da administração das aulas com o tempo, reforçam as dificuldades e percepções. Os autores abordam a questão temporal da aula, enfatizando que ela tem uma rítmica própria, que dependerá das interações, práticas, rituais e das relações de conveniência pedagógica entre os atores sociais docentes e discentes.

Ao analisar as informações da composição dos artigos do ENDIPE identificados que a pesquisa qualitativa se faz presente em muitos artigos, como também os instrumentos de entrevista semidiretivas.

3.2. Concepção da aula universitária

Ao analisarmos os artigos, identificamos que dentre eles, apenas sete conceituam a aula universitária.

No artigo **A(s) Aula (s) universitária: do “altar” sagrado ao “acontecimento”**, as autoras trazem no texto uma discussão de “a aula universitária como espaço para além da dimensão didático-pedagógica em sentido restrito, mas como um evento atravessado não só por conhecimentos, mas, principalmente por relações intersubjetivas e vivências de cunho afetivo, valorativo e ético” (BARBOSA, 2019, p. 2). É importante pensar sobre as práticas pedagógicas e processos pedagógicos do docente e na aula isso é possível, pois o docente ao preparar a sua aula exercita a primeira interação consigo e depois com os alunos. Nesse processo de interação torna-se parte do aprendizado que transpõem a sala de aula, pois ela não só objetiva na transmissão de conhecimento, mas sim uma das configurações da coreografia de ensino, como aborda Barbosa (2012, p. 37), “a coreografia do ensino, uma metáfora para dizer a aula universitária, a torna visível como evento, acontecimento, cuja intenção é possibilitar a dança didática entre o ensinar e o aprender”.

No artigo foi sinalizado que somente é possível pensar a aula através da Pedagogia Universitária. Pois, através dela foi imprescindível organizar e discutir a realidade da universidade, da sala de aula e a qualidade da docência. Nesse sentido, a aula universitária aparece não como pano de fundo, mas um elemento dentro da Pedagogia Universitária.

Contudo, conceituam a aula universitária como “uma prática relacional, essa prática ocorre sempre numa situação particular, em condições singulares e num contexto específico: a sala de aula, *lócus* historicamente privilegiado deste ‘acontecimento’”. (BARBOSA, 2019, p.6) e reforçam que a aula universitária está além dos aspectos didáticos e pedagógicos, pois ela é considerada um acontecimento marcado por relações e interações sociais entre os atores. Na visão de Cunha (1997, p. 35) a aula pode ser considerada “um fenômeno intempestivo, impulsivo, dinâmico, móvel, atemporal permeado de ocorrências dignas de registro”. Pois, ao preparar a aula, o docente faz um planejamento, porém ao ministrá-la esse pode tomar novos contornos e rumos, pois ela é permeada de ações e atores.

No artigo “**A (re)significação das aprendizagens na aula universitária da educação superior**”, é abordado na visão dos alunos o que seria a aula, elas “são

desenvolvidas em espaços não convencionais, como as que ocorrem nos estágios, favorecem a troca de experiências mais concretas, provavelmente porque, ao mudar os espaços de aprendizagem, promovem uma aproximação com a prática profissional”. Elas trazem um importante aspecto sobre os tipos de aula, como também abordam as aulas em espaços não convencionais. O artigo se baseia na concepção de aula trazida por Cunha (1997), a qual menciona que “é o principal lugar para se trabalhar a formação da cidadania e da consciência dos alunos, as relações interpessoais, o contato face a face do professor com o aluno, é um momento tão importante quanto o é o clímax da descoberta científica, até porque este, mesmo exigindo alguma solidão, é fruto, principalmente, de interações intelectuais (p. 80-81)”. Nesse sentido, a aula assume um papel central de aproximação entre o docente e discente, não sendo apenas a transmissão dos conteúdos da disciplina.

O artigo aponta que “a sala de aula é um espaço de construção conjunta do conhecimento. É o lugar onde professores e alunos buscam esse conhecimento, estabelecem interações, diálogos, trocas. Portanto, não pode ser entendida meramente como espaço físico, mas, sim, como todo o espaço em que os alunos podem aprender” (PEDROSO, 2007, p. 5).

No artigo “**A aula universitária em situação, espaço de múltiplas relações, interações, influências e referências: um ninho de muitos fios**”, discorre-se sobre o conceito de aula, sendo ela “uma produção cultural e como tal humanamente marcada de muitos significados, para ser, de fato compreendida é necessário que seja questionada, uma vez que, como toda a prática social, há muitos segredos escondidos por trás da aparência imediata do cotidiano”(CLARA, 2006, p. 4). Para fundamentar esse conceito utiliza-se de uma abordagem fenomenológica baseada nas ideias de Rezende (1990). Para o autor a educação é um “processo - projeto de humanização do sujeito (...), sujeito-ativo da história e da cultura” (1990, p. 69), a partir de uma visão de conhecimento que nega, tanto a autonomia da subjetividade ante a existência, quanto à prevalência do mundo objetivo ante o sujeito e, considera o conhecimento como uma elaboração mediada pelo sujeito que o conhece. Rezende considera que “a fenomenologia se ocupa da essência na existência, das significações existenciais” (1990, p. 35).

No artigo, parte-se da perspectiva de que é possível fazer uma leitura da aula, com o objetivo de aprender “os seus sentidos mais íntimos, desvelar a sua dinâmica, nas suas múltiplas dimensões e relações, que se expressam nos objetos simbólicos construídos historicamente através da intenção e do agir dos sujeitos que dela fazem parte” (CLARA,

2006, p.5). Nesse sentido, elas se propõem a redescobrir a aula no contexto da universidade, fazendo uma releitura. Sendo assim, a aula objeto do conhecimento, tendo como base a fenomenologia, é uma “grande teia de aranha”, que elas denominam como as teias de relações, que se configura como um ninho, construído de múltiplas relações, interações, influências e referência, na qual elas denominam de um ninho de muitos fios.

No artigo “**Docência Universitária: a aula e as didáticas específicas**”, encontra-se o conceito sobre aula, baseado nas ideias de Silva (2011) que diz que ela se caracteriza pelas relações entre indivíduos e que estão presentes nas aulas observadas e imprimem a elas características inovadoras e edificantes: relação professor-aluno, objetivo-avaliação, conteúdo-método, conhecimento local-total, ensino-aprendizagem, ensino-pesquisa, teoria-prática, movimento-afetividade, tempo-espaço.

Nesse artigo foi interessante observar a construção metodológica, que se utilizou de narrativas das aulas e das entrevistas para enaltecer as didáticas específicas e suas conexões com as epistemologias das disciplinas. Ao explicar no artigo como essas narrativas foram construídas, discorre sobre uma breve apresentação de quem esse professor e toda uma trajetória docente desse profissional.

No artigo “**Aula: espaços de desafios didáticos-pedagógicos**”, aborda-se a concepção de aula que é seu objeto de reflexão. Acreditamos que a aula é importante no debate acadêmico, em decorrência das transformações tecnológicas que vem ocorrendo na atualidade. Nesse trabalho são apresentados vários autores para basear a concepção. Sendo eles: Houaiss (2001) que define a aula como “uma unidade de tempo, espaço e forma de trabalho”. Silva (2008, p.16) que diz que a aula é o “espaço e tempo privilegiado de formação”, nessa ótica, a aula restringe-se à relação professor e alunos, a um conteúdo. Oliveira (2008, p. 191) chama a atenção para o fato de que os “conceitos de tempo e espaço, cada vez mais, estão se tornando flexíveis, contribuindo, conseqüentemente, para a mudança do próprio conceito de aula”. Villas Boas (2001, p. 203) menciona que a aula pode se realizar não apenas em uma sala de aula convencional, mas em diferentes espaços. Tratando o conceito de “escola expandida” e de sala de aula sem paredes, com novos espaços de convivência e aprendizagem, defendido por Moraes (1996, p. 68). Veiga (2008), defende a aula como um projeto colaborativo que vai além da simples cooperação entre professores, advogando que “No trabalho colaborativo, as relações tendem a ser não-hierárquicas, havendo liderança compartilhada e co-responsabilidade pela organização didática da aula, como projeto” (VEIGA, 2008, p. 271).

Apesar de utilizar-se desses autores como base para a construção de uma possível definição, o artigo apresenta uma concepção de aula adotada pelo professor, que ele poderá conduzir a organização e o desenvolvimento da sua aula, enfatiza que “estabelecendo seus objetivos, sua finalidade e seu compromisso que tanto pode ser uma aprendizagem e produção do conhecimento identificados com a reprodução do status, ou com a formação crítica do aluno para o exercício da cidadania” (VIANA, 2014, p.68).

Viana (2014, p. 69-72) nos instiga a pensar sobre as dificuldades atuais na aula da educação superior; aborda que, devido à impossibilidade de aprofundamento, ela define algumas categorias em relação aos desafios, que seriam:

Socioeconômico-político-histórico-cultural – a aula como é um espaço humanamente construído, vem sendo ressignificado ao longo da história.

Político-educacional – relacionado a intensificação e a precarização do trabalho docente submetendo o professor à lógica e às contradições do capital, exigindo a ampliação de demandas relativas ao trabalho docente, à produção acadêmica, à resposta de avaliações externas, com pouco apoio institucional e do Estado para o atendimento a tantas exigências.

Formação profissional – A formação inicial não é suficiente para o bom desempenho do trabalho docente, das aulas ministradas.

Didático-pedagógica – Historicamente, a aula foi trabalhada como o espaço de reprodução do conhecimento. O professor transmitia o conhecimento a ser absorvido pelo aluno. Nos dias atuais, embora haja o compromisso de muitos educadores com uma didática comprometida com a produção do conhecimento, é necessário o envolvimento de todos no sentido de trabalhar a aula como um projeto colaborativo. A falta de formação didática do professor para o exercício da docência, sinalizada no item anterior, contribui para a falta de estímulo e de motivação nas aulas, conforme indicam muitos estudantes. É comum comentários de alunos sobre o professor que tem domínio do conhecimento, mas não tem “didática” para ministrar suas aulas, ou vice-versa.

Tecnológica – O avanço tecnológico, o uso da internet, a navegação no ciberespaço, tornaram o espaço extraescolar muito mais atraente para o estudante. Nem este, nem o professor, de maneira geral, conseguiram usufruir exitosamente dos benefícios que tais avanços podem proporcionar ao processo ensino-aprendizagem. Constata-se, ainda, o uso inadequado da tecnologia na sala de aula.

Motivacional – Dificuldade em tornar a aula atraente para o aluno que a todo minuto se depara com apelos externos maiores do que os encontrados na sala de aula. Desvalorização da Educação e do magistério pelo governo e pela sociedade, refletindo-se no (des)interesse do aluno e no desempenho do professor na sala de aula.

Compromisso do estudante – Ensino e aprendizagem acontecem em um caminho de mão dupla. O compromisso do professor não é suficiente para uma aula exitosa. Os estudantes precisam assumir com compromisso sua responsabilidade no processo. Algo que vem sendo constatado por professores no ensino superior, de modo geral, é o baixo índice de leitura por parte de alunos de graduação, fato que compromete seu aprendizado e a qualidade da sua produção acadêmica, aliada a pouca curiosidade para a investigação, pouca dedicação ao estudo e à pesquisa, problemas em relação à pontualidade e assiduidade às aulas.

Nesse sentido, os desafios postos no artigo traduzem uma realidade dos dias atuais e que se faz presente no ensino superior brasileiro.

No artigo **“A aula universitária: diversidade no modo pedagógico de coreografar**, parte do pressuposto que a aula universitária é, para além dos aspectos didáticos e pedagógicos, sendo um acontecimento marcado por relações e interações sociais entre os atores que tecem o evento que, embora previsível e rotineiro, é também um fenômeno intempestivo, impulsivo, dinâmico, móvel, atemporal, permeado de ocorrências dignas de registro. Cita que as aulas universitárias são coreografia de ensino, pois ela pode ser encenada por atores sociais, docentes e discentes. Partindo dessa perspectiva, percebeu os estilos de cada docente no artigo, os conhecimentos pedagógicos que entrelaçam a “dança didática” entre o ensinar e o aprender.

Como foi utilizado no artigo, na observação das aulas foi possível evidenciar que não há uniformidades ou equivalência nas coreografias dos docentes, em especial nas aulas. Pois vai depender da experiência dos professores, dos saberes construídos e as relações construídas e o discurso. Foram abordados os diferentes tipos de aula presentes nessa coreografia de ensino utilizada pelos docentes, sendo ela: a aula expositiva, várias estratégias de aulas (trabalho em grupo, trabalho individual e seminário) e aulas em laboratório.

A construção teórica do artigo **“Educação Transcriadora: ações didáticas que constituem a aula no Ensino Superior”**, está embasada nas ideias de Deleuze (2006), trazendo assim uma concepção de aula que é “uma situação singular que se efetiva no âmbito das práticas educativas cotidianas, que atualiza o presente a partir do movimento, da experimentação, que expressa uma reativação permanente de uma prática ainda não instituída e implica uma atualização e uma problematização da realidade, produzidas num lugar e num momento singular”. (AGUIRRE, 2016, p. 25). Quando é abordada a questão da aula, afirma que fará pelo viés da Didática Artística da tradução, da transcrição, compreendendo ser a aula dotada de uma didática da tradução que percorre a aula como um dispositivo que desencadeia a sua dramaticidade, ou como uma prática que desdobra, lidando com a própria vida, tratada como processo criador, que é necessário traduzir. Segundo a autora (2016, p.16) a Didática Artística é:

Aquela que movimenta o seu processo de pesquisa, criação e inovação. Acolhe e honra os elementos científicos, filosóficos e artísticos – extraídos de obras já realizadas, que diversos autores criaram, em outros planos, tempos, espaços – com as suas efetivas condições de possibilidade, necessárias para a própria

execução; e, ao mesmo tempo, com o privilegiado campo de experimentação, necessário para as próprias criações. Com esses elementos, constitui um campo artístador de variações múltiplas e disjunções inclusivas; que compõe linhas de vida e devires reais, pontos de vista ativos e desterritorializações afirmativas.

Nesse sentido, o docente descobre um novo formato de dar uma aula, no artigo aborda que “com uma corrente de ar fresco para o ensino, uma maneira de inquietar, com novidades radicais, encontrando ações sempre novas para enfrentar as dificuldades, os obstáculos, os problemas” (AGUIRRE, 2016, p.17). Essa nova forma de pensar a aula, possibilita criar pensamentos, diferente da educação formal, com regras metodológicas e avaliativas.

3.3. Tendência teórica

A tendência teórica foi escolhida como categoria para análise dos dados, pois compreendemos de acordo com Lombardi (2003, p. 3) “que são aquelas correntes (filosóficas e científicas) mais específicas que se configuram sistematizadamente, apresentando peculiaridades em relação a uma determinada concepção e diferenças significativas em relação às outras tendências da mesma”. Nesse sentido, nos artigos analisado eles apresentam peculiares pois descrevem sobre a aula universitária.

Os autores embasaram a sua construção textual em um grupo teórico de perspectiva crítica, sendo possível identificar a presença de nomes repetidos nas produções analisadas. Os teóricos mais referenciados nos 11 artigos foram: Maria Isabel Cunha, Selma Garrido Pimenta, Léa das Graças Camargo Anastasiou, Ilma Passos Alencastro Veiga, Antoni Zabala e Maurice Tardif. Todos estudiosos na área da pedagogia que trazem ao longo dos anos, uma contribuição para o debate e discussão da aula universitária.

Nos trabalhos desenvolvidos por Maria Isabel Cunha (1995; 1997; 1999), ela ressalta que “a aula é um fenômeno intempestivo, impulsivo, dinâmico, móvel, atemporal, permeado de ocorrências dignas de registro”. Em outro momento a mesma autora afirma que a sala de aula, no sentido amplo, “é o principal lugar para se trabalhar a formação da cidadania e da consciência dos alunos”. A relações interpessoais, o contato face a face do professor com o aluno, é um momento tão importante quanto o é o clímax da descoberta científica, até porque este, mesmo exigindo alguma solidão, é fruto, principalmente, de

interações intelectuais. Em seu livro em conjunto com Selma Garrido Pimenta - Pedagogia Universitária: caminhos para a formação de professores – é abordado o marco teórico conceitual da formação docente. Esse item é importante ser abordado, pois muitos têm a ideia de que o professor universitário já tem o domínio da sua área ou disciplina, inclusive com as questões didáticas pedagógicas, porém isso não é a garantia que ele sabe ensinar. A formação do professor para a vida acadêmica se dá através dos programas de pós-graduações, onde ele desenvolve conhecimentos teóricos e instrumentais, preponderantemente com atividades voltadas para a área da pesquisa e produção do conhecimento.

Nesse sentido, a formação do professor universitário não é voltada para os aspectos pedagógicos de uma aula. Ele aprende através de erros e acerto, construindo assim o seu próprio modo de ensinar e dar aula.

Selma Garrido Pimenta e Léa das Graças Camargo Anastasiou trazem também grandes contribuições para pensar a aula. Em seu livro o Processo de Ensino na Universidade: pressupostos para estratégias de trabalho em aula, as autoras relatam que “a aula é o espaço em que o professor fala, diz, explica o conteúdo, e compete ao aluno para memorizá-lo” (PIMENTA; ANASTASIOU, 2014, p. 205), afirmam que somente há ensino se, de fato, acontecer a aprendizagem. Definimos a aprendizagem como todo o processo que envolve conhecimentos e habilidades que possibilitem a capacidade de reflexão sobre o tema estudado no momento da aula.

A aprendizagem permite o novo e viabiliza integrar-se ao universo do conhecimento, possibilitando experiências e vivências próprias aos discentes, com a gradativa e progressiva autonomia na aquisição de conhecimento, desenvolvimento da capacidade de reflexão e valorização da formação continuada, que se iniciará no ensino superior e se prolongará por toda vida. O docente, nesse processo, tem o papel fundamental de motivar o discente para novas aprendizagens, com o uso de estratégias apropriadas. Cabe aqui o que Anastasiou e Alves (2015) propõem como *ensinagem*¹⁸, ou

¹⁸ Anastasiou e Alves (2015, p. 19): “Existe uma diferença entre aprender e apreender, embora nos dois verbos exista a relação entre os sujeitos e o conhecimento. O apreender, do latim *apprehendere*, significa segurar, prender, pegar, assimilar mentalmente, entender, compreender, agarrar. Não se trata de um verbo passivo; para apreender é preciso agir, exercitar-se, informar-se, tomar para si, apropriar-se, entre outros fatores. O verbo aprender, derivado de apreender por síncope, significa tomar conhecimento, reter na memória mediante estudo, receber a informação de. É preciso distinguir quais ações estão presentes na meta que estabelecemos ao ensinar. Se for apenas receber a informação de, bastará passá-la por meio da exposição oral. Nessa perspectiva, uma boa palestra é o suficiente para a transmissão da informação. No entanto, se nossa meta refere-se à apropriação do conhecimento pelo aluno, para além do simples repasse da informação, é preciso se reorganizar, superando o aprender, que tem se resumido em processo de memorização, na direção do apreender, segurar, apropriar, agarrar, prender, pegar, assimilar mentalmente, entender e

seja, situação de ensino da qual necessariamente decorra a aprendizagem, sendo a parceria entre professor e alunos a condição fundamental para o enfrentamento do conhecimento necessário à formação do aluno durante a graduação. As autoras compreendem a ensinagem como uma ação de ensino que resulta na aprendizagem do estudante, superando o simples dizer do conteúdo por parte dos professores, desencadeando a ação de aprender.

O grande desafio é superar o modelo centrado na fala do professor, onde o conteúdo é o ato predominante do ensino e a repetição do discente como ato de aprendizagem. E aqui o risco da reprodução do conhecimento e não da criação de conhecimento. Aprender não é um processo mágico, existe uma intenção contida na escolha da metodologia. Para isso, existem estratégias que possibilitam organizar e propor melhores situações didáticas facilitadoras para que os discentes se apropriem do conhecimento. Seriam as estratégias de ensinagem proposta por Anastasiou e Alves (2015)¹⁹, que visam à consecução de objetivos, portanto, há que se ter clareza sobre onde se pretende chegar naquele momento com o processo de ensinagem. A escolha da estratégia de ensinagem dependerá dos objetivos que norteiam os sujeitos envolvidos, ou seja, os docentes e discentes. O conhecimento que o discente reúne, segundo Anastasiou e Alves (2015), é essencial para a escolha da estratégia, assim como seu modo de ser, de agir, de estar, além da dinâmica pessoal.

Ilma Passos Alencastro Veiga contribui com a temática da aula, quando diz que “é o espaço onde o professor faz o que sabe, expressa o que sente e se posiciona quanto à percepção de sociedade, de homem, de educação, de escola, de aluno e de seu próprio papel” (2011, p. 8). Nesse sentido, ela expressa a aula como um espaço, que pode ser configurado por uma relação pedagógica que possibilita uma construção colaborativa. No livro organizado pela autora, *Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas* ela apresenta

compreender. Daí a necessidade atual de revisar o “assistir a aulas”, pois a ação de apreender não é passiva. O agarrar por parte do estudante exige ação constante e consciente: informar-se, exercitar-se, instruir-se. O *assistir* ou dar aulas precisa ser substituído pela ação conjunta do *fazer aulas*. Nesse fazer aulas é que surgem as necessárias formas de atuação do professor com o estudante sobre o objeto de estudo e a definição, escolha e efetivação de estratégias diferenciadas que facilitem esse novo fazer. Foi diante dessas reflexões que surgiu o termo “ensinagem”, usado, então, para indicar uma prática social complexa, efetivada entre os sujeitos - professor e alunos -, englobando tanto a ação de ensinar quanto a de aprender, em um processo contratual, de parceria deliberada e consciente para o enfrentamento da construção do conhecimento escolar, decorrente de ações efetivadas na sala de aula e fora dela”.

¹⁹ Nesse livro, as autoras apresentam algumas propostas estratégicas, norteadoras das escolhas e acompanhamento dos processos de mudança de sala de aula no trabalho docente. Algumas dessas estratégias podem ser utilizadas pelos docentes no momento da aula, sendo elas: aula expositiva dialogada, estudo de texto, portfólio, tempestade cerebral, mapa conceitual, estudo dirigido, seminário, entre outros.

um compilado de artigos que se subdivide em quatro partes: a aulas e as suas dimensões, princípios fundantes da aula e práticas.

A autora apresenta no livro que “a aula é um projeto de construção colaborativa entre professor e alunos. Envolve o pensar à docência e o agir, mas também implica desvelar o novo e enfrentar o imprevisto” (VEIGA, 2011, p. 8). Portanto, a aula configura-se não somente um espaço de múltiplas relações e interações, mas também um espaço de formação humana. Ela enfatiza que a aula faz parte do campo da didática e que existe a necessidade de ampliação do quadro teórico e conceitual que ajude clarificar e analisar a referida temática. Nesse sentido, os artigos do ENDIPE e da ANDEP deixam claro a necessidade de se discutir essa temática, por conta da baixa publicação no período pesquisado.

Antoni Zabala (1998), em seu livro a Prática Educativa: como ensinar, nos ajuda a refletir sobre as várias metodologias da intervenção na aula, ele aborda que é preciso identificar o grau de participação dos alunos na definição do trabalho, o conteúdo, como a amplitude e profundidade do tema desenvolvido, além do contexto que se refere à forma como se agrupam os alunos em aula. Portanto, é preciso pensar o processo e como a aprendizagem é realizada pelos alunos. O autor apresenta na aprendizagem, as características de quatro tipos de conteúdo elaborados pelo professor e que contribuem na construção/elaboração da aula.

Os conteúdos factuais: conhecimentos de fatos, acontecimento, situações, fenômenos concretos e singulares, às vezes menosprezados, mas indispensáveis e cuja aprendizagem é verificada pela produção literal.

Os conteúdos procedimentais: inclui entre outras coisas as regras, as técnicas, os métodos, as destrezas ou habilidades, as estratégias, os procedimentos – é um conjunto de ações ordenadas e com um fim, quer dizer, dirigidas para a realização de um objetivo. São conteúdos procedimentais: ler, desenhar, observar, calcular, classificar, traduzir, recortar, saltar, inferir, espetar, etc. Conteúdos que, como podemos ver, apesar de terem como denominador comum o fato de serem ações ou conjunto de ações, são suficientemente diferentes para que a aprendizagem de cada um deles tenha características bem específicas.

Os conteúdos atitudinais: que podem ser agrupados em valores, atitudes e normas, verificados por sua interiorização e aceitação, o que implica conhecimento, avaliação, análise e elaboração

Os conceitos e princípios: Os conceitos e os princípios são termos abstratos. Os conceitos se referem ao conjunto de fatos, objetos ou símbolos que têm características comuns, e os princípios se referem às mudanças que se produzem num fato, objeto ou situação em relação a outros fatos, objetos ou situações e que normalmente descrevem relações de causa-efeito ou de correlação. (ZABALA, 1998, p. 40)

A partir dessas características, caberá ao professor organizar as atividades de ensino, sendo de sua inteira responsabilidade, atender às características do curso, da disciplina, do conteúdo específico, e principalmente, do perfil dos alunos envolvidos.

Maurice Tardif (2002), em seu livro *Saberes Docente e Formação Profissional*, aborda a natureza dos saberes docentes e caracteriza-os desmistificando as abordagens de concepções universais para compreender os saberes produzidos pelos professores. Nesse sentido, o autor nos apresenta que os saberes são importantes para ajudar o professor a relacionar qual os lugares que os próprios professores atuam, as organizações que formam e nas quais trabalham, seus instrumentos de trabalho e sua própria experiência de trabalho. Mas qual seriam os saberes dos professores? Tardif (2001) aponta quatro saberes que são: saberes pessoais dos professores - integram o trabalho docente a través da história de vida e pela socialização primária; saberes provenientes da formação escolar anterior - integra através da formação e pela socialização pré-profissionais; saberes provenientes da formação profissional para o magistério – integram pela formação e pela socialização profissional nas instituições de formação de professores e saberes provenientes de sua própria experiência na profissão, na sala de aula e na escola – integra o trabalho docente através da prática do trabalho e pela socialização profissional.

Porquanto, os professores utilizam esses saberes no contexto da sua profissão e na sala de aula. Esses saberes interferem no momento da aula universitária, pois a partir das interações diárias na sala de aula é possível identificar seus conhecimentos e sua origem, de acordo com o autor “os gestos são fluídos e os pensamentos, pouco importante as fontes, convergem para a realização da intenção educativa do momento (TARDIF, 2001, p. 64).

Considerações finais

A aula universitária ainda é um tema que precisa ser debatido no meio acadêmico, pois alguns artigos afirmam que a discussão sobre esse tema é recorrente, porém isso é questionável. Nos eventos da ANPED e ENDIPE identificamos um volume muito grande de artigos relacionados a temática gerais voltadas à prática de ensino, cenário da educação brasileira, políticas educacionais, ficando a aula como um tema em segundo plano ou talvez por ser considerada como um conhecimento que o docente já possui. Em decorrência disso, apenas alguns estudiosos da área da didática que se identificam com o tema acabam produzindo artigos e livros sobre essa temática.

Contudo, a aula sempre foi pensada no formato do professor como o detentor do conhecimento e o aluno como o receptor. Com as transformações que ocorreram na sociedade, sejam elas sociais e econômicas, muda-se o jeito de dar aula. Entretanto, um processo pedagógico é construído através de inúmeros caminhos e, neste sentido, não existe uma definição que possa dar conta sobre qual o melhor caminho para os discentes e docentes envolvidos no processo de processo de aprendizagem. No entanto, podemos afirmar que o bom ensino é aquele que garante uma aprendizagem efetiva, considerando as relações entre aprendizagem, o contexto institucional e a conjuntura, para que seja possível ter claro qual seria o papel das relações sociais na construção do conhecimento.

Nos artigos analisados da ANPED e do ENDIPE identificamos que o conceito de aula, vai depender da forma como o docente percebe a construção dela e não existe um conceito universal. Cada docente percebe a aula universitária de acordo com as suas próprias experiências, o tipo de aluno e a turma onde está inserido. Contudo, identificamos que sobre os tipos de aula eles são os mais variados possíveis, pois vai depender muito da proposta do docente, formato da turma e instituição.

Mas afinal como definir a aula universitária? Definimos a aula universitária como um conjunto de componentes pedagógicos (conteúdos, um agente transmissor, um educando e uso de ferramentas tecnológicas na educação) que tem como objetivo um processo de aprendizagem. Porém, não há um único conceito de aula universitária, existem diversos conceitos, podendo ele está relacionado a uma escolha do docente e/ou relacionado a uma tendência teórica.

Sobre as referências que pautam os marcos teóricos dos artigos, percebe-se que há uma recorrência de um grupo restrito de autores que discutem sobre a aula universitária, o que ocasiona em alguns artigos a repetição do conceito de aula universitária. Os autores Maria Isabel Cunha, Marcos Tarciso Masetto, Maurice Tardif, Ilma Passos de Alencastro Passo, José Carlos Libâneo, Selma Garrido Pimenta, Léa das Graças Anastasiou, António Nóvoa e Miguel A. Zabalza aparecem como referência na discussão e debate sobre a aula universitária, principalmente com o foco na questão da Pedagogia Universitária.

Identificamos no período pesquisado apenas um artigo relata a experiência do uso de tecnologias na aula. Porém, esse artigo apresenta uma experiência realizada em 2014. Acreditamos que após o período pandêmico, o número de produções de materiais, sejam eles artigos, livros, dissertações e teses tendem a aumentar por conta das múltiplas experiências dos docentes nesse contexto. Proporcionando assim, uma maior reflexão sobre um tema tão importante que é a aula universitária. Afirmamos isso, pois em novembro de 2022²⁰, será realizado pela Universidade Federal de Uberlândia no formato remoto, o ENDIPE cujo num dos eixos será a didática e as tecnologias e comunicação no currículo e nas práticas de ensino, que abordará os ambientes virtuais de aprendizagens (AVA), as tecnologias digitais, a mediação tecnológica e o ensino remoto emergencial.

Nesse sentido, acreditamos que processo pedagógico permite para o docente uma aula comprometida com criticidade e o compromisso social. Reconhece-se a necessidade de curso de formação de professores articulados aos conhecimentos produzidos na universidade e os saberes desenvolvidos pelos professores em sua prática cotidiana, ou seja, a indissociabilidade entre teoria e prática.

Consideramos, portanto, que a pesquisa permitiu uma ampliação da concepção sobre a aula universitária como também aprofundou os nossos conhecimentos sobre essa temática articulando as ideias contidas nos artigos analisados e as(os) teóricas(os) por nós estudadas(os). Mas ainda é necessário e urgente a discussões acerca da Pedagogia Universitária, através de seminário, simpósios e encontros da área da educação. Pois, nesses espaços a troca de saberes será essencial para uma aprendizagem. “A docência universitária exige que, além de conhecimentos sobre a área específica de formação, o professor também atue sobre fundamentos pedagógicos do processo de ensino-

²⁰ ENDIPE – 2022 - Tema: A Didática e as Práticas de ensino no contexto das contrarreformas neoliberais. Disponível em <http://xxiendipe.com.br/home>

aprendizagem, aliados aos saberes de sua experiência e de sua produção científica. Nesse sentido, acredita-se que uma formação, voltada especialmente à prática pedagógica dos professores, torna-se, então, desafio essencial a ser transposto no ensino superior” (JUNGES; BEHRENS, 2015, p. 286).

Referências Bibliográficas

AGUIRRE, Elisabet. **Educação transcriadora: ações didáticas que constituem a aula no ensino superior**. ENDIPE, 2016. Acesso em: 14 ago. 2019.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos e ALVES, Leonir Pessate. **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para a estratégia de trabalho em aula. 10 ed. Joinville, Sc: Editora Univille, 2015.

ARAÚJO, José Carlos Souza. **Disposição da Aula: os sujeitos entre a tecnia e a polis**. In: Aula: Gênese, dimensões e princípios e práticas. Papyrus Editora: Campinas, 2011.

BARBOSA, Maria das Graças Auxiliadora Fidelis. **A(s) Aula (s) universitária: do “altar” sagrado ao “acontecimento”**. ANPED, 2019 – 37ª reunião. Disponível em <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT04-3966.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2019.

BARBOSA, Maria das Graças Auxiliadora Fidelis. **A aula universitária: diversidade no modo pedagógico de coreografar**. ENDIPE, 2014. Disponível em <https://dokumen.tips/documents/a-aula-universitaria-diversidade-no-modo-a-aula-universitaria-os-modos.html?page=1> . Acesso em: 14 ago. 2019

BARBOSA, Maria das Graças Auxiliadora Fidelis e TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. **É tanto tempo para vocês e tanto tempo para mim: figurações do tempo na aula universitária**. ENDIPE, 2016. Acesso em: 14 ago. 2019.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

BEHRENS, Marilda Aparecida e JUNGES, Kelen dos Santos. **Prática docente no Ensino Superior: a formação pedagógica como mobilizadora**. Disponível em PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 33, n. 1, 285-317, jan./abr. 2015.

BRASIL. **Lei 5.540/68 e do 1º e 2º grau – lei 5.692/71**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 maio 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2018: Resumo Notas Estatísticas**. Brasília, 2018. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2017.pdf Acesso em 20 de maio de 2021.

BRASIL. Lei 9.394/96. **Dispõe sobre a Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação – uma introdução à teoria e aos métodos**. Coleção ciências da educação, Porto Editora, Portugal, 1994.

CLARA, Telma Santa. **A aula universitária em situação, espaço de múltiplas relações, interações, influências e referências: um ninho de muitos fios.** ENDIPE, 2006. Acesso em: 14 ago. 2019.

CORRÊA, Guilherme Torres e ALMEIDA, Maria Isabel de. **Didática e Contradição: uma etnografia da aula universitária.** ENDIPE, 2016. Acesso em: 14 ago. 2019.

CUNHA, M. I. **A avaliação da aprendizagem no ensino superior.** Avaliação: Revista da rede de avaliação institucional da educação superior-RAIS. Campinas, ano 4, n. 4(14), p. 7-14, dez,1999.

CUNHA, M. I. **Implicações da estrutura político estrutural das carreiras profissionais nos currículos da universidade.** Puccamp, v. 2, n. 3, p. 21, 1995.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “Estado da Arte”.** Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 06 abr. 2021.

FRANÇA, Leonel (1893-1948). **O método pedagógico dos jesuítas: o "Ratio studiorum":** introdução e tradução. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 37ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GESSINGER, Rosana Maria, LEITE, Letícia Lopes e MOARES, Márcia Cristina. **As contribuições do uso de dispositivos móveis para a gestão da aula universitária.** ENDIPE, 2014. Acesso em: 14 ago. 2019.

GOIS, ANTONIO. **Grupos educacionais lançam ações na Bolsa e crescem 67%.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2508200801.htm>. Folha: São Paulo, segunda-feira, 25 de agosto de 2008. Acesso em: 16 jun. 2020.

LAPA, Andrea e PRETTO, Nelson de Luca. **Educação a distância e precarização do trabalho docente.** Disponível em https://eadcampus.spo.ifsp.edu.br/pluginfile.php/176389/mod_resource/content/1/PrecaizacaoTrabalhoDocente_Preto.pdf Acesso em: 03 nov. 2019.

LEITE, Denise B.C. e MOROSINI, Marília (Orgs.) **Aula universitária: inovação e pesquisa.** In: Universidade Futurante: produção do ensino e inovação. Papirus Editora: Campinas, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1993.

LIBÂNEO, José Carlos. **O ensino de graduação na Universidade – A aula universitária.** Disponível em https://www.univille.edu.br/community/novoportal/VirtualDisk.html?action=readFile&file=O_ensino_de_graduacao_A_aula_universitaria_Libaneo.pdf¤t=/AI/CIP/Planejamento_anual_de_aula. Acesso em: 23 ago. 2019.

LÜDKE, Menga. ANDRE, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. **A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

LOMBARDI, José Claudinei. **História e Historiografia no Brasil.** Conferência apresentada no III Colóquio do Museu Pedagógico, 17/11/2003, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista – BA. Disponível em https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4746/art4_14.pdf. Acesso em: 24 jun. 2020.

PEDROSO, Maísa Beltran. **A (re) significação das aprendizagens na aula universitária da educação superior.** ANPEDI, 2007 – 30ª reunião. Disponível em <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT04-3505--Int.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2019.

MACEDO, Arthur Roquete, TREVISAN, Ligia Maria Vettorato, MACEDO, Caio Sperandeo e TREVISAN, Péricles (Orgs). **Educação Superior no Século XXI e a Reformam Universitária Brasileira.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.13, n.47, p. 127-148, abr./jun. 2005 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ensaio/v13n47/v13n47a02.pdf> Acesso em: 20 de maio de 2021.

MARTINS, Carlos Benedito. **A Reforma Universitária de 1968 e abertura para o ensino superior privado no Brasil.** Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MORAIS, C. C.; OLIVEIRA, C. C.; MARGOTI, S. C. Aulas régias, cobrança do subsídio literário e pagamento dos ordenados dos professores em Minas Gerais no período colonial. **Educação em Perspectiva** (Online), v. III, p. 81-104, 2012.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser. **A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle,** 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451998000300004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 maio 2021.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. **Revista Katálysis.** Florianópolis, v. 12, 2009.

RIBEIRO, Eleusa e BEZERRA, Geovanni. **O processo de formação em Serviço Social a distância: uma realidade em expansão.** Disponível <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/O-processo-de-forma%C3%A7%C3%A3o-em-Servi%C3%A7o-Social-%C3%A0-dist%C3%A2ncia2.pdf>

PUNTES, Roberto Valdés Puentes e AQUINO, Orlando Fernandez. **Didática e Didáticas específicas: a aula universitária.** ENDIPE, 2012. Acesso em: 14 ago 2019.

ROMANOWSKI, Joana Paulin e ESN, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação.** Diálogo Educ., Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006 Disponível em <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/24176/22872>. Acesso em: 06 abr. 2021.

SAMPAIO, Helena. **O ensino superior no Brasil: o setor privado.** São Paulo: Hucitec, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Educação e colonização: as ideias pedagógicas nos séculos XVI, VII e XVIII,** 1998.

Saviani, Dermeval e Galvão, Ana Carolina. **Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto.** In: Universidade e Sociedade nº 67. Janeiro, 2021. Disponível em https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

SILVA, Edileuza Fernandes da. A aula no contexto histórico. In: VEIGA, Ilma Passos de Alencar (Org.) **A aula: gênese, dimensões, princípios e práticas.** Papirus Editora, 2011.

SILVA, Edileuza Fernandes da. **Docência universitária: a aula e as didáticas específicas.** ENDIPE, 2012. Acesso em: 14 ago. 2019.

SILVA, Edileuza Fernandes da. **Nove aulas inovadoras na Universidade.** 1ª edição. Papirus Editora, 2011.

SILVA JR, João dos Reis e SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil.** 2ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 2001.

TARDIF, M. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério.** Revista Brasileira de Educação, n. 13, p. 5-24, jan.-fev.-mar.-abr. 2000.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.

VEIGA, Ilma Passos de Alencar (Org.) **A aula: gênese, dimensões, princípios e práticas.** Papirus Editora, 2014.

VEIGA, Ilma Passos de Alencar e SILVA, Maria Eugênia Castanho. **Pedagogia Universitária. A aula em foco.** São Paulo, Cortez, 2001.

VIANA, Cleide Maria Quevedo Quixadá. **A aula: espaços de desafios didático-pedagógicos.** ENDIPE, 2014. Acesso em: 14 ago. 2019.

ZABALZA, Miguel Angel. **Prática Educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Penso, 1998.